



REDE LATINO-AMERICANA DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO INTEGRADA



Ministério da
Educação

Ministério do
Esporte

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Organizadores/Coordenadoras
Leila Mirtes Magalhães Pinto & Rejane Penna Rodrigues



Leila

REDE LATINO-AMERICANA DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO INTEGRADA

1ª edição, Brasília/DF, Supernova Gráfica e Editora - 2011

REDE LATINO-AMERICANA DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO INTEGRADA



Ministério da
Educação

Ministério do
Esporte

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DO ESPORTE/ME

Orlando Silva de Jesus Júnior

SECRETÁRIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER/SNDEL/ME

Rejane Penna Rodrigues

SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO/SNEAR/ME

Ricardo Leyser Gonçalves

SECRETÁRIO NACIONAL DE ESPORTE EDUCACIONAL/SNEED/ME

Fábio Roberto Hansen

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPORTE/SNDEL/DPSEL/ME

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER/SNDEL/DPSEL/ME

Cláudia Regina Bonalume

MINISTRO DA EDUCAÇÃO/MEC

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE/SECAD/MEC

André Luiz de Figueiredo Lázaro

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA/SECAD/MEC

Jaqueline Moll

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Armênio Belo Schmidt

DIRETORA DO ESCRITÓRIO REGIONAL EM BRASÍLIA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS (OEI), PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

Ivana de Siqueira

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA) - BRASIL

Hélgio Trindade

VICE-DIRETOR DO SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Fernando Mezzadri

COMISSÃO DE ORGANIZADORES

Leila Mirtes Magalhães Pinto (ME) e Rejane Penna Rodrigues (ME)

PARTICIPANTES

Ana Elenara Pintos (ME), Fernando Mezzadri (UFPR), Helen Wernik (PELC PRONASCI), João Alberto Chagas Lima (MEC), Licia Moura (OEI), Mariana Rabelo (ME), Patricia Zingoni Morais (ME) e Telma Teixeira (OEI)

ARTE E DIAGRAMAÇÃO: Pedro Lima

REVISÃO: Kelly Karelina Cordova

IMPRESSÃO: Supernova Gráfica e Editora

TRADUÇÃO PARA O ESPANHOL: PANGEA - Centro de Tradução, Interpretação e Idiomas S/S

EDITORA: Supernova Gráfica e Editora

Rede Latinoamericana de Lazer, Esporte e Educação Integrada / Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto e Rejane Penna Rodrigues. Brasília/DF: Editora e Gráfica Supernova, 2011. 154p.
ISBN: 978-85-63445-06-3
1. Lazer. 2. Esporte. 3. Educação Integral. 4. Rede Latino-americana. I. Pinto, Leila Mirtes Santos de Magalhães.

Tiragem de 1.000 exemplares. Exemplar de distribuição gratuita.

SUMÁRIO

O ponto de partida	07
Integração Latino-Americana	09
Os diálogos	13
Alocução introdutória à leitura da Carta de Intenção para Criação da Rede Latino-Americana de Lazer, Esporte e Educação	17
Carta de Intenção para Criação da Rede Latino-Americana de Lazer, Esporte e Educação (Rede LEE)	18
O Lazer na Rede Latino-Americana de Ação Integrada com o Esporte e a Educação	31
O Esporte na Rede Latino-Americana de Ação Integrada com o Lazer e a Educação	45
O desafio da construção de uma Educação Integral no Brasil: as contribuições do Programa Mais Educação	59
Sugestões tecnológicas para a criação da Rede Latino-Americana de Lazer, Esporte e Educação:	75
A Associação Cidade Escola Aprendiz	75
O CEDOC de São Paulo	79
A Rede BiblioSUS e a ação do Ministério da Saúde	83
Políticas públicas, conhecimento e documentação em Esporte e Lazer: Repositório Institucional da Rede CEDES	88
ANEXO - Programação do I Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação.	95

O PONTO DE PARTIDA

O objetivo de fomentar cooperação na América Latina por meio de uma rede de instituições compromissadas com o desenvolvimento e a qualificação de políticas públicas integradas de lazer, esporte e educação, no contexto do desenvolvimento da cidade educadora, motivou a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte (SNDEL/ME), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), a mobilizar a presente ação. A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), organismo internacional de caráter intergovernamental, que atua fortemente entre os países latino-americanos, colocou-se como colaboradora neste desafio.

Essas parcerias fortalecem o compartilhar de laços de amizade entre os países latino-americanos, assim como de conhecimentos e práticas educativas que têm como pressupostos fundamentais a transversalidade do lazer, a acessibilidade ao esporte e ao lazer como direitos sociais e a garantia dos valores da vida democrática como a inclusão social, a participação comunitária e a valorização da diversidade cultural.

Resolveu-se, então, elaborar, conjuntamente, a proposta de uma Rede Latino-Americana de instituições que atuam com lazer, esporte de lazer e educação integrada. Buscou-se identificar instituições latino-americanas e experiências com potencialidades de ação compartilhada; discutir conceitos, princípios, contextos históricos e disposições legais que fundamentarão a ação integrada a ser desenvolvida pela Rede; discutir possibilidades de lazer, esporte e educação integrada; traçar diretrizes e propor ações de formação e ação profissional para atuar em políticas públicas que atendam as especificidades debatidas. Nesses debates é importante também socializar e analisar impactos sociais de experiências e tecnologias exitosas, consolidadas nos campos do lazer, do esporte e educação integral na América Latina.

Este projeto nasceu, pois, da inquietude de pessoas atuantes em diferentes âmbitos que sentem a mesma necessidade

de unir esforços num caminho comum – o desenvolvimento social e humano que tem requerido novas exigências e lidado com muitas desigualdades, em um mundo sem fronteiras e em constantes mudanças culturais.

Desafio que implica políticas educativas participativas, interdisciplinares e intersetoriais, fundadas na conscientização e autonomia dos atores sociais nas suas práticas educativas vividas em diferentes tempos e espaços. Ações atentas à diversidade cultural, étnica e social da América Latina, que engloba oportunidades, limites e potencialidades distintos; diferenciadas trajetórias históricas e experiências de formação e ação no lazer, no esporte e na educação, entre os países e dentro de cada um deles.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Rejane Penna Rodrigues¹

Partindo do pressuposto de que a política externa do Brasil é universalista, ao mesmo tempo em que procura o crescimento multilateral busca as relações com toda a comunidade internacional, acreditamos que a integração regional serve como ponto de partida para o fortalecimento de nossa presença no mundo, que presença seria muito menor se não fosse a influência regional.

Sabemos que a participação coletiva e alianças estratégicas não são prerrogativas do Brasil, mas de todos os países. Temos que atuar de forma harmônica, pois o Brasil não é uma ilha e seria muito difícil atuar em desacordo com seus vizinhos.

As relações com o mundo estão cada vez mais complexas e, por isso, precisamos de um projeto integrador comum que seja sustentado sob três pilares: o fortalecimento político (democracia internacional); o fortalecimento econômico, educacional, social e cultural; e maior integração da infraestrutura (transporte, energia, lazer, esporte, educação, etc.). É preciso construir uma plataforma para que todos os países se comuniquem, organizando a vizinhança sem exercício da hegemonia de nenhum país.

Mesmo entendendo que tudo parte de um fortalecimento bilateral entre nosso país e seus vizinhos, o que tem acontecido nos últimos anos é uma intensificação dos contatos e o desenvolvimento de um conjunto de operações de cooperação, envolvendo todas as áreas do governo. Essas operações buscam o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); a integração econômica, comercial e política; a construção da União das Nações Sul Americanas (UNASUL) e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), assim como a articulação de iniciativas latino-americanas e caribenhas, buscando superar a projeção retórica desta integração, passando para a prática.

¹ A Professora Mestre Rejane Penna Rodrigues é a Secretária Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do Ministério do Esporte.

Além disso, o governo brasileiro, por meio de programas dos Ministérios do Esporte e da Educação, se compromete com a criação da Rede Latino-Americana de Políticas Públicas de Lazer, Esporte e Educação mobilizando potenciais parceiros. Para isso, cada Ministério se dispõe a integrar experiências e conhecimentos de seus programas bem sucedidos nos campos implicados, fomentando a integração entre gestores, formadores, pesquisadores e agentes sociais dos países latino-americanos.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003 como ação programática da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte, objetiva ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social, a partir das seguintes ações:

1) *Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer* – visando garantir o acesso a políticas públicas de lazer e esporte recreativo de pessoas de todas idades, gêneros, etnias, habilidades e potenciais corporais, especialmente, pertencentes aos segmentos sociais e comunidades que vivem em circunstâncias de desvantagens educativa e econômica. Núcleos que desenvolvem também ações integradas com a educação, justiça, cultura, saúde, tecnologias e outras políticas sociais.

2) *Rede CEDES* (Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer) – fomentados junto às Instituições de Ensino Superior por meio do apoio à produção e difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação da política pública de esporte recreativo e de lazer.

3) *Formação continuada* de gestores, agentes sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros, com vistas à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educativas de esporte e lazer de inclusão social e cultural com autonomia dos sujeitos e protagonismo dos estados e municípios nessas ações.

Já o Programa Segundo Tempo (PST), do Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Esporte Educacional, é voltado para crianças, adolescentes e jovens expostos a riscos sociais. Promove o acesso a atividades esportivas e ações complementares, desenvolvidas em espaços de comunidades ou escolas, com enfoque principal “o esporte educacional no

contraturno escolar". Seu projeto Recreio nas Férias oferece aos seus participantes opções de lazer pelo desenvolvimento de atividades lúdicas esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas, durante as férias escolares, diferenciadas das realizadas durante o ano.

O Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação (SECAD/MEC) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), fomenta a educação integral com atividades de acompanhamento pedagógico, cultura e artes, esporte e lazer, educomunicação, saúde, alimentação e prevenção, meio ambiente, direitos humanos, inclusão digital, educação econômica e educação científica. Seu território e público são delimitados pela SECAD, que seleciona as escolas pelo critério de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, contexto de vulnerabilidades sociais e de relação com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Nesse contexto de desafios, a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), trabalhando para o desenvolvimento das políticas públicas nos países, ibero-americanos propõe contribuir para fortalecer o conhecimento, a compreensão mútua, a integração e a solidariedade entre os povos por meio da educação, ciência, tecnologia e cultura. Também fomenta o desenvolvimento da educação e da cultura como alternativas para elevação de sociedades justas e pacíficas, mediante o exercício responsável da liberdade e defesa dos direitos humanos.

Qualquer integração precisa de um conceito comum de vizinhança. É preciso um exercício paciente de construção e de conhecimento em que todos se sintam partícipes de uma identidade comum. Só existe integração quando todos se sentem contemplados. O Brasil é um dos países que sempre buscou esse processo e sabe que deve buscar a harmonização de todas as visões diferenciadas. Porém, só podemos ter um processo integrador se tivermos um processo de respeito ao pluralismo de visões.

Um dos elementos centrais desta política é a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com bases democráticas, buscando o desenvolvimento social e humano, com vistas às melhorias das condições de qualidade de vida de todos.

O Brasil não pode ser indiferente à democracia dos países vizinhos, pois isto é essencial. A democracia favorece

a relação institucional e ajuda a desenvolver uma capacidade regional forte; promover e desenvolver “mais democracia”. Já há algum tempo temos certeza de que devemos buscar soluções endógenas regionais, fortalecendo a democracia pelo respeito à diversidade, à pluralidade, a busca do esforço coletivo e capacidade de influência positiva.

Um aspecto bastante interessante no que se refere à proteção e ao desenvolvimento da democracia caracteriza-se pela proteção de uma democracia considerada em transição com o fortalecimento de cidadania junto a toda população, cuja parcela significativa encontra-se relegada à exclusão social. Esses momentos de transição necessitam de novo pacto social, novo pacto institucional e nova forma de relacionamento para não cair no risco de querermos dar lições de democracia para os outros países.

Assim, não existe integração sem solidariedade. Defender a democracia é defender esta transição. Afinal, a solidariedade é uma ideia força. A estabilidade, a prosperidade do país vizinho, é a nossa potencialidade. A integração socioeconômica educacional atua muito sobre isto. A instabilidade socioeconômica educacional do outro país é fator de instabilidade também para o nosso país.

O Brasil, que muitas vezes é visto pelos países vizinhos como parte ou maior problema, pode, também, ser visto como maior solução. Por isso, propomos, no presente intercâmbio, buscar dois níveis de aproximação latino-americana, ou seja, uma política institucional entre governos, MERCOSUL, UNILA e outras associações e a constituição de uma Rede com outros países, construída a partir de políticas públicas de educação integral constituídas pela transversalidade do lazer e do esporte de lazer.

Após encontros preparatórios, representantes do Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai participaram de uma “Reunião Internacional” em Brasília no período de 24 a 26 de agosto de 2009 e definiram as seguintes metas:

1) Elaborar, conjuntamente, a proposta da Rede latino-americana a ser criada, reunindo instituições identificadas com potencial de ação compartilhada entre o lazer, o esporte e a educação, assim como discutindo conceitos, princípios, contextos históricos e disposições legais que fundamentam a ação proposta;

2) Socializar e analisar impactos sociais de experiências e tecnologias exitosas de ações integradas, consolidadas nos campos do lazer, esporte e educação integrada na América Latina;

3) Planejar o “Seminário Latino-Americano de Ação Integrada Lazer, Esporte e Educação Integrada”, a ser realizado no ano seguinte (2010), ampliando o debate.

Os participantes dessa primeira Reunião são pesquisadores e educadores que já haviam demandado apoios a ações internacionais no lazer, esporte e educação ou já integravam atividades desses campos desenvolvidas pelos Ministérios do Esporte e da Educação.

A programação incluiu palestras, plenárias de apresentações e debates sobre o que poderia ser feito pelo governo federal brasileiro para a ação integrada em debate (ações dos Ministérios da Educação e do Esporte) e dos países visitantes. Grupos de discussão foram formados para a elaboração da “Carta de Intenções para a criação da Rede Latino-Americana, de Lazer, Esporte e Educação”. Os relatores de cada grupo apresentaram e discutiram com os demais participantes as sínteses do que foi debatido em seus grupos. O documento final, que reuniu todas as sugestões, foi aprovado em plenária final e foi sistematizado pelas Professoras Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto (SNDEL/ME - Brasil) e Gesuína de Fátima Elias Leclerc (SECAD/MEC - Brasil).

A produção coletiva, assinada por todos os

participantes do evento, reuniu as conclusões dos debates e definiu objetivos, metas e anseios de todos os países acerca do estreitamento das relações entre eles, bem como da socialização de seus trabalhos científicos e experiências locais.

Na Reunião de Brasília ficou decidido que o *I Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação* seria sediado em Foz do Iguaçu, em 2010 pela Universidade Federal do Paraná, a UNILA e contaria com o apoio do Ministério do Esporte, Ministério da Educação e a EC e OEI.

Neste Seminário o principal objetivo foi criar uma Rede Latino-Americana de instituições, coordenada pelo governo brasileiro, tendo em vista o fortalecimento, a integração, o desenvolvimento e a qualificação de políticas públicas de esporte, lazer e educação.

Para ampliar a mobilização da Rede foram reconhecidos como seus membros potenciais as administrações governamentais nacionais, acadêmicas, esportivas e associações profissionais, especificamente no âmbito do lazer, esporte e educação dos países latino-americanos que foram indicados e outros que se motivarem a integrar este movimento.

Os debates realizados em Foz do Iguaçu focalizaram seis temas básicos para a constituição da Rede. (Ver programação em Anexo).

Duas mesas temáticas discutiram fundamentos da Rede. A primeira (Tema: *Bases políticas da Rede Latino-Americana de Políticas Integradas de Lazer, Esporte e Educação*) refletiu sobre o contexto sociopolítico cultural educacional latino-americano, ambiente de construção da proposta de Rede em pauta. Em seguida, foram debatidas as bases políticas, os princípios e os objetivos que dão identidade à Rede e institucionalidade requerida à sua consolidação.

A segunda mesa (Tema: *Bases conceituais da Rede Latino-Americana de Políticas Integradas de Lazer, Esporte e Educação*) debateu fundamentos da Rede, colocando na pauta da discussão a integração dos campos implicados na proposta, que requer a ampliação, o aprofundamento e a articulação dos conceitos estruturantes do projeto integrador. Os palestrantes se debruçaram sobre a produção de conhecimentos na América Latina nos campos da educação integral, esporte e lazer, fomentando a discussão de uma rede semântica básica para o desenvolvimento de gestão, formação e pesquisa nos campos tratados pela Rede.

Duas outras mesas – uma composta por gestores (Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Uruguai) e outra por pesquisadores e formadores (Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) – debateram o tema: *Ação Integrada de Lazer, Esporte e Educação*, reunindo representantes de todos os países presentes e colocaram em pauta a criação de espaços de diálogos e cooperação sustentados pelas bases democráticas e a participação dos diferentes agentes na proposição e realização do projeto integrador da Rede Latino-Americana de Ação Integrada de Lazer, Esporte e Educação.

O debate entre os gestores versou, especialmente, sobre as desigualdades vividas nos países presentes nesse seminário e, ao mesmo tempo, buscou identificar possibilidades intersetoriais, interinstitucionais e de mobilização para a constituição da Rede Integrada de Lazer, Esporte e Educação.

Em outra mesa, os pesquisadores e formadores discutiram sobre a produção de conhecimentos e experiências de formação e ação nos países participantes desse seminário. O desafio principal destacado foi a busca de convergências de experiências de pesquisa e formação com as ações das políticas públicas integradas, tendo como lócus as escolas e as comunidades. Convergências que implicam relações entre lazer, esporte e educação, ampliando tempos e espaços educativos e a diversificação de conteúdos.

A penúltima mesa de debates – com o tema: *Bases tecnológicas da Rede Latino-Americana de Políticas Integradas de Lazer, Esporte e Educação* – colocou em pauta as condições tecnológicas para funcionamento da Rede de intercâmbios e cooperação científica, tecnológica e pedagógica entre os países participantes. A intenção era contribuir com a implementação da Rede em processo, discutiu experiências de políticas relacionadas, especialmente, à documentação, sistematização e socialização de informações e conhecimento.

A última mesa de debate refletiu sobre o tema *Impactos da Olimpíada e Paraolimpíada de 2016 nas Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte, Educação*, no Rio de Janeiro, no Brasil e na América do Sul. Conjuntura que favorece a formação da opinião pública para demandar e cobrar dos setores políticos o empreendimento de ações integradoras de lazer, esporte e educação. Oportunidade ímpar para alavancarmos resultados sociais e avanços na cidadania, com benefícios para toda a sociedade, compartilhando ações de todos os setores sociais e a sociedade civil.

A Carta de Intenções elaborada como proposta inicial da Rede durante a reunião de Brasília em 2009 orientou os debates de pesquisadores, formadores e gestores, envolvendo todos os participantes do Seminário Latino-Americano de Foz do Iguaçu na discussão e no encaminhamento de proposições para a implementação da Rede. Este documento, colocado a seguir, tem como alocução introdutória texto produzido pelo professor Balduino Andreolla.

ALOCAÇÃO INTRODUTÓRIA À LEITURA DA CARTA DE INTENÇÃO PARA CRIAÇÃO DA REDE LATINO- AMERICANA DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO

Balduino Andreola²

Esta carta, discutida e ampliada no I Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas do Lazer, Esporte e Educação realizado em Foz do Iguaçu no período de 16 a 19 de junho de 2010, não se inspira numa preocupação literária, expressão retórica das discussões de um grupo. Ela surge da Reunião Internacional sobre Políticas Públicas de Lazer, Esporte e Educação, realizada em Brasília, de 24 a 26 de agosto de 2009.

A reunião não significou nem um ponto de partida, nem de chegada. Citando Wanderley Geraldi, podemos dizer que foi um “porto de passagem”. Nós nos inserimos numa caminhada que foi iniciada no gesto democrático de um governo que se colocou à escuta das vozes, dos reclamos e das expectativas das pessoas e das instituições da sociedade civil, com o objetivo de construir políticas públicas a favor das populações excluídas dos bens do lazer, do esporte e da educação. Um grupo ligado à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, do Ministério do Esporte, em conjunto com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação, e com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) promoveu e coordenou a reunião atual.

Da reunião de Brasília participaram, além de representantes das duas Secretarias, educadores e educadoras de cinco países latino-americanos. Participação ampliada no I Seminário latino-americano de Foz do Iguaçu.

Frente à crise internacional, cuja consequência mais cruel é a exclusão crescente de grandes majorias dos povos do

2 O Professor Doutor Balduino Andreola é docente do Centro Universitário La Salle - UNILASALLE - Brasil.

Terceiro Mundo, o grupo considera a promoção do lazer, do esporte e da educação para todos como um compromisso com a vida, não como fins em si ou enquanto instrumentalização destes bens a serviço de objetivos ideológico-políticos de controle social e dominação.

O compromisso com a vida se configura como influência máxima, não apenas como defesa das minorias excluídas dos bens essenciais, mas também como compromisso frente à situação limite que significa a ameaça de destruição total da vida no planeta.

Declaração de intenções, por mais belas que sejam, ou ações isoladas, se diluem rapidamente frente às forças milenares do colonialismo e da dominação. Nesse sentido, a Carta expressa o compromisso de um diálogo amplo, destinado à construção de uma Rede Latino-Americana para a promoção de uma ação integrada de instituições governamentais e não governamentais. O lazer, o esporte e a educação como concretização de um direito para todos deverá constituir-se numa contribuição importante no processo de libertação e emancipação dos povos latino-americanos e para construção de uma civilização solidária.

O horizonte da utopia e da esperança, apontado por profetas históricos como Paulo Freire, Franz Himkelammer, os filósofos e teólogos da libertação e a multidão dos educadores populares, vítimas das ditaduras, é o que nos anima na caminhada e nos congrega na luta e na fraternidade latino-americana.

CARTA DE INTENÇÕES PARA CRIAÇÃO DA REDE LATINO-AMERICANA DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO (REDE LEE)

Os participantes de países da América Latina, listados ao final deste documento, reunidos durante o *I Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação*, realizado na cidade de Foz do Iguaçu no período de 16 a 19 de junho de 2010, por iniciativa da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer/Ministério do Esporte (SNDEL/ME) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação (SECAD/MEC), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a colaboração da Organização dos Estados Ibero-

americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), após discussões e encaminhamentos, apresentaram as proposições que se seguem:

- Criar a Rede Latino-Americana de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação (Rede LEE).

- A Rede é constituída por instituições e sujeitos, considerando seus respectivos papéis. As instituições partícipes são os órgãos governamentais e não governamentais, Instituições de Ensino Superior (IES), grupos de pesquisas, associações científicas, pesquisadores, gestores e formadores interessados nas temáticas lazer, esporte e educação.

- A Rede terá, inicialmente, uma gestão compartilhada do ME/MEC/UFPR/UNILA.

- Os participantes do Seminário, organizados em três grupos distintos, propuseram, como ações iniciais da Rede Latino-Americana de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação (Rede LEE):

Grupo de Pesquisadores

- Realizar mapeamentos, nos países latino-americanos, sobre as peculiaridades nos campos a que se propõe esta Rede, identificando aproximações e diferenças;

- Identificar as categorias teóricas estruturantes da Rede (lazer, ócio, tempo livre, esporte, educação, políticas públicas, dentre outras) na perspectiva da produção, sistematização e socialização do conhecimento latino-americano descolonizado, produzido em diálogo com o pensamento científico mundial;

- Produzir conhecimentos sobre políticas de formação inicial e continuada na América Latina em relação ao lazer, esporte e educação;

- Estimular, por parte dos órgãos governamentais dos países membros da Rede LEE, a proposição de editais públicos com vista a produção de pesquisas e estudos comparados, bem como incentivo a intercâmbios de professores e alunos de graduação e pós-graduação nas áreas de lazer, esporte e educação;

- Estabelecer convênios de cooperação internacional entre os países membros da Rede LEE, buscando aproximações com agências científicas internacionais para compartilhar experiências;

- Estabelecer estratégias de informação e comunicação da Rede LEE - como a criação de bibliotecas, repositório,

sítios virtuais, suplementos de revistas, dentre outros - a fim de documentar, socializar, preservar a memória e garantir a acessibilidade ao conhecimento produzido na América Latina nos campos do lazer, esporte e educação;

- Realizar bianualmente do Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação;
- Estimular encontros periódicos presenciais e/ou virtuais de grupos regionais e temáticos.

Grupo de Formadores

- Estabelecer políticas públicas que sejam capazes de atender as diversidades nacionais e, simultaneamente, contemplar trabalhos integrados;
- Estimular a criação de grupos de estudos internacionais com participação mínima de três países envolvidos;
- Estimular o intercâmbio de docentes e discentes para processos formativos e pesquisas;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas que envolvam países distintos em ações que sejam complementares e/ou similares;
- Estimular o desenvolvimento de eventos técnico-científicos que sirvam para a discussão e o fomento de conhecimentos produzidos na Rede latino-americana;
- Estimular o desenvolvimento de ferramentas para o uso adequado de tecnologias educacionais – telepresencial e educação a distância (EAD);
- Estimular a vinculação entre produção do conhecimento e formação de profissionais do lazer, esporte, educação e gestores de políticas públicas;
- Estimular, de modo induzido, o desenvolvimento de pesquisas e relatos de experiências por meio de linhas de financiamento no âmbito de ações integradas de lazer, esporte e educação;
- Organizar seminários temáticos (regionais, nacionais e internacionais) para discutir programas e ações integradas de lazer, esporte e educação;
- Organizar um programa de formação, intercâmbio e cooperação internacional entre grupos de pesquisa em lazer, esporte, educação e gestores atuantes no âmbito dessas

áreas nos países constitutivos da Rede, considerando as peculiaridades regionais e seus mecanismos de produção do conhecimento;

- Desenvolver investigações científicas baseadas em metodologias que preveem produção do conhecimento e intervenções na realidade, ampliando as relações entre evidências científicas e a formulação/implementação e avaliação de políticas públicas integradas na América Latina em lazer, esporte e educação;

- Organizar a produção científica (livros, cadernos de artigos) que socialize as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Rede Latino-Americana de Lazer, Esporte e Educação;

- Criar um banco de dados que aglutine as produções científicas desenvolvidas por meio do financiamento de estudos e pesquisas, grupos de pesquisa das universidades, e relatos de pesquisa e experiências advindas dos encontros regionais, nacionais e internacionais para discutir programas e ações integrais de lazer, esporte e educação na América Latina;

- Caracterizar institucionalmente a Rede Latino-Americana de Esporte, Lazer e Educação;

- Demandar a instalação da UNILA (ou seu modelo) em outros países da América Latina;

- Desenvolver contínuos cursos sobre os aspectos gerenciais de programas sociais e seu desenvolvimento;

- Desenvolvimento de programas de pós-graduação integrados em nível, *lato* e *stricto sensu*;

- Promover o diálogo entre as diversas iniciativas de projetos e programas no âmbito do lazer, esporte e educação;

- Promover a integração dos vários atores envolvidos nas formações;

- Pensar a política de formação dos sujeitos, a partir de uma preocupação do estudo da realidade, tendo como base para isso a metodologia da educação popular;

- Promover trocas de experiências entre os diferentes formadores de programas e projetos latino-americanos;

- Pensar uma rede de comunicação entre os vários núcleos, dos diversos projetos latino-americanos;

- Estimular o processo de uso de tecnologias educacionais para o estabelecimento de processos formativos contínuos – telepresencial e Educação a Distância (EAD);

- Desenvolver programas de formação inicial e continuada por meio de tecnologias educacionais – telepresencial e EAD;

- Por meio de uma metodologia participativa, incentivar grupos de pesquisa nos diferentes estados e países, respeitando a diversidade, atuando com lógica diferente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e entendendo cada ator envolvido como um sujeito pesquisador;

- Buscar uma gestão interministerial (Ciência e Tecnologia, Saúde, Esporte, Educação, Segurança Pública, Direitos Humanos e outros), buscando a construção de Rede (no Brasil e entre países) e qualificando os sujeitos envolvidos – gestores, agentes, profissionais envolvidos com as políticas públicas de lazer, esporte e educação;

- Criar uma estrutura de educação a distância, ampliando polos, desenvolvendo ferramentas tecnológicas, em que as pessoas tenham acesso a informação. Essa rede se vincula, por meio dos polos/núcleos, aos gestores, agentes, profissionais envolvidos com as políticas públicas de lazer, esporte e educação.

Grupo de Gestores

- Desenvolver e fortalecer a Rede LEE;
- Desenvolver mecanismos que estimulem a participação dos outros países da América Latina na Rede, por meio dos governos, organismos internacionais e universidades dos diferentes países da América Latina;

- Criar, sob a coordenação da UNILA, um fórum permanente de discussões por parte dos diferentes atores inseridos nos campos lazer, esporte e educação;

- Promover, a partir de iniciativas do Ministério da Educação e do Esporte, estudos que viabilizem um diagnóstico das políticas públicas de educação, esporte e lazer na América Latina;

- Promover interlocução com órgãos de fomento a pesquisas no sentido de que esses subsidiem estudos que visem contribuir para com o desenvolvimento de políticas públicas integradas de lazer, esporte e educação;

- Desenvolver estratégias que viabilizem a aplicação dos conhecimentos produzidos por meio de pesquisas na gestão das políticas públicas integradas de lazer, esporte e educação na América Latina. As diferentes esferas do governo deverão se responsabilizar por este processo;

- Mapear, conhecer e socializar experiências de

educação integral e que reflitam a integração entre lazer, esporte e educação na América Latina;

- Desenvolver ações que valorizem e socializem manifestações culturais locais que integrem educação, esporte e lazer;

- Criar, a partir da UNILA, um ambiente virtual interativo para promover a interlocução entre os diferentes atores da rede e a divulgação de informações relativas a programas e projetos desenvolvidos, centros de documentação e pesquisa, resultados de pesquisa, documentos oficiais, etc;

- Promover a formação de gestores, educadores, agentes comunitários, monitores em políticas públicas integradas de educação, esporte e lazer, a partir de parcerias entre universidades, governos, sociedades científicas, movimentos sociais e organizações não governamentais;

- Criar mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas integradas de lazer, esporte e educação;

- Desenvolver canais de diálogo entre lazer, esporte e educação nas diferentes esferas governamentais e não governamentais.

- Estruturar uma agenda para as ações da Rede LEE.

Foz do Iguaçu, 19 de junho de 2010.

Participantes do I Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação.

Participantes da Reunião Internacional de Políticas Públicas de Educação, Esporte e Lazer – Brasília/2009

Balduino Antonio Andreola – *Centro Universitário La Salle de Canoas – Brasil*

Christianne Luce Gomes – *UFMG – Brasil*

Cláudia C. Baena Soares – *OEI – Brasil*

Cláudia Regina Bonalume – *SNDEL-ME – Brasil*

Fernando Marinho Mezzadri – *UFPR/ UNILA – Brasil*

Gesuína de Fátima Elias Leclerc – *SECAD-MEC – Brasil*

Gonzalo Bravo – *College of Physical Activity & Sport Sciences – EUA*

Graciela Jara de Villasanti – *Instituto de Capacitación y Desarrollo Humano – Paraguai*

Ivana de Siqueira – *OEI – Brasil*

Jaqueline Moll – *SECAD-MEC - Brasil*
 Leandro Fialho – *SECAD-MEC - Brasil*
 Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – *SNDEL-ME - Brasil*
 Maria Leonor Brenner Ceia Ramos – *SNDEL-ME*
 Miguel Cornejo Améstica – *Universidad de Concepción - Chile*
 Nelson Carvalho Marcellino – *UNIMEP - Brasil*
 Patricia Zingoni Machado de Moraes – *SNDEL-ME - Brasil*
 Paulo Roberto Padilha – *Instituto Paulo Freire - Brasil*
 Raumar Rodríguez Gimenez – *Universidad de la Republica - Uruguai*
 Rejane Penna Rodrigues – *SNDEL-ME - Brasil*
 Ricardo Ricci Uvinha – *USP Leste - Brasil*
 Rodrigo Antonio Elizalde Soto – *Universidade Bolivariana - Chile*
 Rosane Maria Kresburg Molina – *UNISINOS - Brasil*
 Telma Teixeira – *OEI - Brasil*
 Vicente Molina Neto – *UFRGS - Brasil*
 Victor Alonso Molina Bedoya – *Universidad de Antioquia - Colômbia*
 Wanderley Marchi Júnior – *UFPR/ UNILA - Brasil*

Participantes do Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação – Foz do Iguaçu/2010

PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE – FORMADORES

Andréa Nascimento Ewerton - *DF*
 Cláudia Marins de Souza - *DF*
 Cláudio Gualberto - *MG*
 Coriolano Pereira da Rocha Junior - *BA*
 Dalva de Cássia Sampaio dos Santos - *PA*
 Davi Coelho - *SC*
 Edson Farret da Costa Junior - *RJ*
 Flavia Tatiana Ferreira Caetano - *RJ*

Gilmar Tondin - *RS*
 Joanna Lessa Fontes Silva - *PE*
 Joelma Cristina Gomes - *GO*
 Khellen Cristina Pires C. Soares - *TO*
 Lieselote Inês Schmidt - *RS*
 Loreti Sandra Lazzarotti Rucatti - *RS*
 Marcelo Pereira de Almeida Ferreira - *PA*
 Mônica Santos Francisco - *RJ*
 Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo - *DF*
 Robson dos Santos Bastos - *PA*
 Silvana Regina Echer - *RS*
 Zaira Valeska Dantas da Fonseca - *PA*

PELC REDE CEDES - PESQUISADORES

Alex Branco Fraga - *RS*
 Ana Márcia Silva - *GO*
 Ari Lazzaroti - *GO*
 Augusto César Rios Leiro - *BA*
 Carlos Nazareno Ferreira Borges - *ES*
 Christianne Luce Gomes - *MG*
 Cláudio Marques Mandarin - *RS*
 Cleber Augusto Gonçalves Dias - *GO*
 Diego de Souza Mendes - *SE*
 Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna - *DF*
 Eustáquia Salvadora de Sousa - *MG*
 Fernando Marinho Mezzadri - *DF*
 Fernando Mascarenhas - *DF*
 Giovani de Lorenzi Pires - *SC*
 Giselle Helena Tavares - *SP*
 Hélder Ferreira Isayama - *MG*
 José Geraldo Soares Damico - *RS*
 José Tarcísio Grunennvaldt - *MT*
 Lerson Fernando dos Santos Maia - *RN*
 Liana Abraão Romera - *ES*
 Luiz Carlos Rigo - *RS*
 Márcio Romeu Ribas de Oliveira - *AP*
 Marco Paulo Stigger - *RS*

Maria Cristina Rosa - *MG*
 Maria Isabel Brandão de Souza Mendes - *RN*
 Matheus Francisco Saldanha Filho - *RS*
 Meri Rosane Santos da Silva - *RS*
 Paulo Cesar Lima - *PA*
 Paulo Ricardo Tocanto Capela - *SC*
 Ramón Nunez Cardenas - *RO*
 Ricardo de Figueiredo Lucena - *PB*
 Rodrigo Barbosa Terra - *RJ*
 Rodrigo Ferrari - *SC*
 Silvana Duarte Martins de Araújo - *MA*
 Silvana Vilodre Goellner - *RS*
 Suzana Hübner Wolff - *RS*
 Vânia de Fátima Noronha Alves - *MG*
 Victor Andrade de Melo - *RJ*

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Ana Cláudia Nogueira Veloso - *DF*
 Ana Lucia Sanches - *SP*
 Aparecida Fátima Uchoa Rangel - *PB*
 Carlos Antonio dos Santos - *ES*
 Cláudia Cristina Santos de Andrade - *BA*
 Denison Roberto Brama Bezerra - *AC*
 Flávia Regina Góis Teixeira - *CE*
 Francione dos Santos - *RN*
 Manuel Alves do Prado Neto - *SE*
 Neuza Maria Santos Macedo - *MG*
 Roberta Bonilari - *PR*
 Roneide Pereira de Sá Alves - *TO*

PROGRAMA PRONASCI PELC

Adriana Nemer Afonso
 Eduardo Sidney Soares
 Erick Olímpio Dias
 Helen Wernik
 Hélio Ricardo Machado Lopes
 Juscilene Neri do Bonfim

Luciane Canto Dias
 Maria Aparecida Fonseca
 Maria Bernadete Falção
 Suesley Lins Carolino
 Vivian Cristina Ribeiro Barbosa

PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Alessandra Aguilar Coca Ugrinowitsch
 Alex Pina de Almeida
 Alexandre Carriconde Marques
 Allyson Carvalho de Araujo
 Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
 Clarice Alves Teixeira
 Cleide Marlene Vilauta
 Dinah Lucas Azevedo
 Gilberto Ribeiro de Araujo Filho
 João Danilo Batista de Oliveira
 Mario José Alves
 Monica Borges Monteiro
 Paulo Eduardo Gomes de Barros
 Sidney Netto
 Silvano da Silva Coutinho
 Silvia Bandeira da Silva
 Walcir Ferreira de Lima

GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO

Adriano Massuda – *Gabinete do Ministro do Esporte*
 Ana Elenara da Silva Pintos – *SNDEL – Ministério do Esporte*
 Armênio Belo Schicht – *SECAD - MEC*
 Cláudia Regina Bonalume – *SNDEL - Ministério do Esporte*
 Eliane Pereira dos Santos – *BibliSUS – Ministério da Saúde*
 Gesuína de Fátima Elias Leclerc – *SECAD-MEC - Brasil*
 Jaqueline Moll – *SECAD-MEC - Brasil*

João Alberto Chagas Lima – *SECAD-MEC - Brasil*
 José Roberto Gnecco – *SNEAR - Ministério do Esporte*
 Leandro Fialho – *SECAD-MEC - Brasil*
 Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto – *SNDEL - Ministério do Esporte*
 Luiz Roberto Malheiros Araújo – *SNDEL - Ministério do Esporte*
 Maria Leonor Brenner Ceia Ramos – *SNDEL - Ministério do Esporte*
 Mário Dutra Amaral – *SNDEL - Ministério do Esporte*
 Muriel de Carvalho Plautz – *SNDEL - Ministério do Esporte*
 Patrícia Zingoni M. de Moraes – *SNDEL - Ministério do Esporte*
 Rejane Penna Rodrigues – *SNDEL - Ministério do Esporte*

PALESTRANTES E CONVIDADOS

Ana Maria R. Carvas da C. M – *SEME – SP - Brasil*
 André Mendes Capraro – *PR - Brasil*
 Bauduino Andreola – *RS - Brasil*
 Claudia Martins Ramalho – *DN do SESI - Brasil*
 Cristina Medeiros – *PR - Brasil*
 Esperanza Osório – *Colômbia*
 José Fernando Tabarez Fernández – *Colômbia*
 Graciela Jará – *Paraguai*
 Hélgio Trindade – *UFPR – UNILA - Brasil*
 Itamar Silva – *RJ - Brasil*
 Ivana de Siqueira – *OEI - Brasil*
 Jay Coakley – *USA*
 Juan Francisco Arias – *Equador*
 Leonardo Tartaruga – *Presidente do CBCE - Brasil*
 Licia Moura – *OEI - Brasil*
 Miguel Cornejo – *Chile*
 Miklos Banhidi – *Hungria*
 Nair Ackermann – *Uruguai*
 Natacha Costa – *Projeto APRENDIZ – SP - Brasil*
 Pedro Hugo T. – *Argentina*

Raumar Rodrigues Gimenez - *Uruguai*
 Ricardo Ricci Uvinha - *USP Leste - SP - Brasil*
 Rodrigo Elizalde - *Chile*
 Sheila Ceccon - *SP - Brasil*
 Telma Teixeira - *OEI - Brasil*
 Vicente Molina - *UFRGS - Brasil*
 Victor Alonso Molina B. - *Colômbia*
 Wanderlei Marchi Jr - *UFPR - Brasil*

DEMAIS PARTICIPANTES

Aline Tschoke - *Brasil*
 Ana Cláudia Joay - *Brasil*
 Ana Maria Brando de Holleben - *Brasil*
 Ana Paula Prestes - *Brasil*
 Ana Paula Cabral Bonin - *Brasil*
 Andrea Leal Vialich - *Brasil*
 Andrea Priscila Klein - *Brasil*
 Bruno Rafael Calazans Violante - *Brasil*
 Célia Regiane Garcia Sela Mezzadri - *Brasil*
 Claudineia da Silva Vieira - *Brasil*
 Cleber Mana Leão Junior - *Brasil*
 Décio Roberto - *Brasil*
 Doralice Lange de Souza - *Brasil*
 Edmilson Ferreira Pires - *Brasil*
 Edna Silva Faria - *Brasil*
 Eliza Lins Donha - *Brasil*
 Elyandra Caroline Alves de Souza - *Brasil*
 Everton Rodrigues - *Brasil*
 Fernando Renato Cavichioli - *Brasil*
 Francielle de Lima - *Brasil*
 Francisco Chagas - *Brasil*
 Graciela Reyna Quijano - *Brasil*
 Guilherme Pitanguy Calixto - *Brasil*
 Guilherme Tuller Nunes - *Brasil*
 Gustavo da Silva Freitas - *Brasil*
 Inês Barbosa de Sousa - *Brasil*
 Jamerson Almeida - *Brasil*

João Carlos Carvalho Queiroz – *Brasil*
José Willian da Costa Monteiro – *Brasil*
Kelly Cristina Ferreira da Costa – *Brasil*
Katharine Ninive Pinto Silva – *Brasil*
Kátia Bortolotti Marchi – *Brasil*
Keni Tatiana Vazzoler Areias – *Brasil*
Leôncio José de Almeida Reis – *Brasil*
Letícia Godoy – *Brasil*
Luciana da Silva Rodrigues – *Brasil*
Luciana Vanalli – *Brasil*
Lucilena Gláucia Pinheiro Bezerra – *Brasil*
Luize Moro – *Brasil*
Luciene Alencar das Dores – *Brasil*
Maicon Cunilla – *Brasil*
Marcos Rogério da Silva de Almeida – *Brasil*
Maria Antonia Gaviolli Mendes Botelho – *Brasil*
Maria Justina da Silva – *Brasil*
Miguel Angelo Mendes – *Brasil*
Morgana Claudia da Silva – *Brasil*
Odenil Fausto da Conceição Costa Filho – *Brasil*
Osvaldo Vasconez – *Brasil*
Pedro Amadeus Weiser – *Brasil*
Quintiliano Antero Pereira – *Brasil*
Rafael Julian Sperotto – *Brasil*
Rafael Marins Batista – *Brasil*
Ricardo João Sonoda Nunes – *Brasil*
Roberto Ferreira Niero – *Brasil*
Robson Orivaldo de Lara – *Brasil*
Sávio Raeder – *Brasil*
Simone Aparecida Rechia – *Brasil*
Shirlei Rodrigues – *Brasil*
Tathiana Jardim Jarschel – *Brasil*
Wellington Francis de Oliveira – *Brasil*
Zenóbio Cruz da Silva Arruda Júnior – *Brasil*

O LAZER NA REDE LATINO-AMERICANA DE AÇÃO INTEGRADA COM O ESPORTE E A EDUCAÇÃO

Leila Mirtes S. de Magalhães Pinto³

De que falamos: de lazer, recreação, ócio, tempo livre?

Desde a primeira metade do século XX, alguns países latino-americanos vêm desenvolvendo propostas de intervenção e estudos relacionados à recreação, ao lazer e ao chamado tempo livre, como evidenciam, por exemplo, discussões de Suárez sobre a Argentina, de Gomes e Pinto sobre o Brasil, de Vilas sobre o Uruguai e de Aguilar (2009) sobre o México (GOMES et al, 2009). Entretanto, diálogos, intercâmbios de experiências e pesquisas aprofundadas sobre esta temática ainda são incipientes, de maneira que pouco se sabe sobre o “lazer na América Latina”: que campo de conhecimento, de formação e ação profissional é esse?

Além das peculiaridades e diferenças que marcam as realidades das nações latino-americanas, um aspecto parece comum a vários países: o “recreacionismo”. Com o auxílio de instituições como a *Young Men’s Christian Association* (YMCA), nas primeiras décadas do século XX, esse movimento social e educativo teve origem nos Estados Unidos no final do século XIX e propiciou a sistematização de conhecimentos e metodologias de intervenção sobre a recreação, fomentou a criação de espaços próprios para a prática de atividades recreativas (como *playgrounds*, centros de recreação, praças de esportes e jardins de recreio) e abriu novas frentes de formação e de atuação profissional. (GOMES; PINTO, in GOMES et al, 2009).

O movimento contribuiu para reforçar a importância da recreação como uma possibilidade educativa e, ao mesmo tempo, a negação do ócio, termo entendido, em geral, como

3 A Professora Doutora Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto é diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte.

tempo vago, não produtivo, ameaça ao desenvolvimento das sociedades que pretendiam se modernizar e se expandir economicamente (GOMES, 2003). Ainda hoje, em toda a América Latina existe preconceito em relação ao uso da palavra ócio, geralmente associada, no vocabulário comum, à preguiça, vadiagem, ociosidade.

Tal compreensão contrapõe-se ao sentido que o termo ócio assume na Espanha, onde é utilizado para designar o campo das experiências lúdicas realizadas no chamado “tempo livre”, seja como possibilidade de descanso, de divertimento ou de desenvolvimento pessoal e social. Lá, o termo ócio é preferível às palavras recreação e lazer (como designado no Brasil).

Diversos autores latino-americanos (SUARÉZ, 2009; OSORIO, 2009; AGUILAR, 2009; LEMA; e MACHADO, 2009; RIED, LEIVA e ELIZALDE, 2009) apontam para as dificuldades conceituais que rondam a palavra *recreación* e termos correlatos, tais como animação sociocultural, *tiempo libre* e ócio. Termos muitas vezes utilizados indistintamente, gerando contradições e problemas de compreensão, o que, na visão desses autores, tem demandado o avanço de conhecimentos sobre o tema que, cada vez mais tem sido integrado às questões tratadas pelas políticas sociais.

No Brasil, único país latino-americano de língua portuguesa, é utilizado tanto a palavra recreação como o termo lazer, embora este último seja o mais usual quando se considera o campo acadêmico e o político.

Atualmente, nas políticas e nos estudos brasileiros, o termo lazer designa um amplo e complexo campo da vida social que inclui uma variedade de temáticas, mobilizando estudiosos, educadores e gestores brasileiros interessados no assunto, advindos de diversas áreas do conhecimento e de atuação profissional.

Circula entre nós, uma considerável produção bibliográfica sobre diferentes enfoques teórico-práticos do lazer, reunindo: pedagogos, administradores, antropólogos, arquitetos, cientistas políticos, economistas, geógrafos, historiadores, artistas, juristas, médicos, psicólogos, sociólogos, terapeutas ocupacionais e profissionais do turismo, educadores sociais, assistentes sociais, entre outros profissionais. Esse envolvimento expressa a característica multi/interdisciplinar do lazer, gerando conceitos e fundamentos do lazer a partir de diferentes pontos de vista.

Na Rede Latino-Americana, que estamos constituindo, são destacados os sentidos de lazer colocados a seguir.

Lazer: cultura vivida no tempo, no espaço e oportunidades de livre escolha dos sujeitos

O lazer pode ter significados diferentes de acordo com o contexto onde acontece, mas, em sua essência, mantém sempre algum tipo de relação com a vivência de atividades culturais no tempo/espaço de livre escolha dos sujeitos, cujas atitudes são marcadas pelo sentido de liberdade e satisfação no momento vivido.

Nelson Marcellino sintetiza esta discussão entendendo o lazer como

A cultura - compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída), no 'tempo disponível'. É fundamental como traço definidor, o caráter 'desinteressado' dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A 'disponibilidade de tempo' significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 2003, p.31).

Esse conceito ressalta, assim, a vivência lúdica no lazer. E como oportunidade de produção cultural lúdica, o lazer abre espaço para a construção e vivência de diversificadas possibilidades de manifestações lúdicas (as festas, os jogos, as brincadeiras, os esportes, as atividades físicas, na natureza, artísticas, as atividades literárias e digitais dentre outras) e de formas de participação (como práticas, expectadorismo e conhecimento). (PINTO, 2007).

O lazer como disponibilidade de tempo e lugar para vivências lúdicas representa uma oportunidade de interação prazerosa entre sujeitos, construída a partir da sua curiosidade, seu desejo, suas descobertas críticas e criativas com possibilidades de ressignificação dos tempos e lugares vividos, e recriação de objetos, materiais e atividades em dado contexto sociocultural. Por isso, o lazer implica sonhos e, ao mesmo tempo, o gerenciamento de conflitos e anúncios por meio de relações humanizadas (PINTO, 1998).

As manifestações e práticas, os processos de desenvolvimento das ações e de formas de vida no lazer, segundo Victor Melo (2006), precisam ser considerados tanto no sentido da vivência cultural como saber (centrada no conjunto de saberes e conhecimentos tendo em vista a preservação do

patrimônio cultural) como da vivência cultural como possuir (buscando a democratização cultural centrada na facilitação do acesso às manifestações e conhecimentos disponíveis) e da vivência cultural como ser (voltada à democratização cultural centrada em um estilo de vida e no âmbito do auto-desenvolvimento, na facilitação para que todos produzam cultura).

Ao mesmo tempo, é crescente o reconhecimento do lazer como um dos fatores de desenvolvimento humano e social, assumindo-se, como ponto de partida, o lazer como direito.

Lazer: direito social e dever do Estado e da sociedade

Como produção social histórica da modernidade ocidental, o sentido de direito ao lazer de que falamos, constitui-se a partir dos movimentos trabalhistas, sobretudo, ingleses que, no contexto da Revolução Industrial no final do século XIX, simbolizava a revolta contra a escravização econômica. Várias obras evidenciam a luta dos trabalhadores contra as longas jornadas de trabalho que duravam até 14 horas. (GOMES; PINTO, in GOMES et al, 2009).

Paul Lafargue, em *O Direito à Preguiça*⁴, demonstrou preocupações sobre o direito ao descanso, um dos valores também associados ao lazer em nosso contexto. Nesse sentido, segundo Marilena Chauí, prefaciadora da obra, a escolha do título desse panfleto revolucionário não foi casual. Em suas reflexões, provocativas até hoje, Lafargue discute a “religião do trabalho” - o credo da burguesia (não só francesa) para dominar as mãos, o coração e a mente do proletariado em nome do “progresso”.

Na trajetória desses movimentos em vários países, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, ampliaram-se as condições de lazer para os trabalhadores. No Brasil, um fato importante nesse sentido, foi a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1943 com a conquista da jornada de oito horas de trabalho, da instituição do repouso semanal remunerado e das férias anuais. Porém, o ponto auge foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que incluiu o lazer como um dos direitos sociais de toda a população (arts. 217 e 227), traduzindo o direito de todos ao tempo e bens culturais disponíveis na sociedade.

As mudanças ocorridas a partir daí têm gerado experiências de proteção e promoção dos direitos coletivos promulgados, momento de transição importante na gestão social brasileira. Ao mesmo tempo em que se ampliaram os direitos sociais, as ideias de descentralização, municipalização e participação popular na formulação e no controle das políticas públicas ganharam força.

Nesse cenário, são construídos novos desenhos de ação coletiva por parte de movimentos sociais e governos. E as políticas públicas de lazer, foram desafiadas a avançarem nessa direção e a superar as barreiras que dificultam, ou impedem o acesso às oportunidades culturais de lazer disponíveis para os sujeitos de todas as idades, etnias, gêneros e camadas sociais.

As políticas precisavam superar o tradicional sentido de lazer como atividade que cumpre apenas as funções de descanso, divertimento e de desenvolvimento social com fins moralistas (canalização das tensões e redução dos problemas sociais; válvula de escape e meio de segurança da sociedade), compensatórios (manutenção do *statu quo* e descanso voltado à recuperação da força de trabalho) e utilitários (instrumento de paz social e de mercadoria; entretenimento que demanda o consumo de atividades, bens e serviços). (MARCELLINO, 2003).

No momento em que o lazer passou a integrar as agendas das políticas que tratam das desigualdades sociais ele passou a ser considerado também não somente em relação às carências materiais, destacando-se a pobreza econômica. O campo do lazer necessariamente passou a lidar com a pobreza entendida como falta de consciência política dos direitos e deveres sociais, desigualmente distribuídos entre nós. Nesse sentido, as políticas de lazer foram desafiadas a se comprometerem com a redução das desigualdades sociais no que diz respeito também a participação dos cidadãos em ações políticas emancipatórias.

Lazer: campo de gestão de políticas participativas

A partir do momento em que as políticas sociais, incluindo-se as de lazer, passaram a assumir o princípio da participação, a equidade associada à universalidade tornaram-se critérios de prioridade e de garantia dos direitos sociais.

Com isso, há o reconhecimento de que as pessoas e os grupos sociais são diferentes entre si em vários aspectos (físicos, culturais, sociais, educacionais, econômicos e outros) e que também têm condições diferentes de acesso ao que está disponível em seu meio.

Ao mesmo tempo há o reconhecimento de que as políticas sociais devem ter caráter universal, independente das diferenças socioculturais e limites vividos. Se existem diferenças que impedem o acesso é preciso que sejam construídas políticas que o viabilizem, como, por exemplo, políticas que atendam demandas de segmentos historicamente excluídos como indígenas; populações ribeirinhas; do campo e de assentamentos; pessoas com deficiências; crianças e jovens que vivem em situação de risco e de vulnerabilidade social; muitos adultos e idosos, dentre outros.

Nesse sentido, várias experiências mostram que, para que alcancemos os resultados pretendidos, as políticas de lazer precisam ser articuladas com as demais políticas sociais de garantia de renda mínima, trabalho, provisão de serviços para a família, saúde, educação, planejamento urbano, transporte, cultura, esporte e outras ações intimamente integradas às desenvolvidas no campo do lazer.

Além disso, é considerado como imprescindível a construção, a manutenção e o uso de espaços e equipamentos específicos e adaptados para as práticas de lazer, de modo a gerar oportunidades diversificadas de vivências de conteúdos culturais que atendam a interesses: físicos, esportivos, artísticos, sociais, intelectuais, tecnológicos, turísticos, de atividades na natureza, dentre outros requeridos pela população.

A ocupação espacial local precisa ser aliada ao controle, à preservação, à proteção e à valorização do meio ambiente. Precisamos cuidar dos rios, matas, campos, cachoeiras, praias, florestas, montanhas e outros espaços naturais usados no lazer.

Também é de fundamental importância a animação cultural dos espaços e atividades de lazer vividas nos diferentes tempos disponíveis dos sujeitos, mobilizada pelas e com as pessoas, os grupos, as comunidades e os profissionais envolvidos nos programas em ação.

O acesso responsável ao patrimônio cultural disponível é, pois, indispensável à democratização do lazer. Exige competência não só do setor público, como dos outros setores sociais envolvidos no campo do lazer. E, sobretudo, exige consciência para o acesso às oportunidades de lazer vividas nos gêneros de prática, assistência ou busca de conhecimentos, por meio de participação crítica e criativa, superando vivências conformistas no lazer.

No entanto, afirmam vários gestores com os quais temos dialogado; o principal problema que dificulta a democratização

do acesso ao lazer, e que está na base de muitos outros problemas, é a falta de conscientização, de conhecimentos e de informações a respeito da importância, das possibilidades e dos limites das práticas de lazer, comprometendo a participação consciente tanto de gestores como de pessoas participantes nessas ações (PINTO, 2008).

Em consequência: a conquista do direito ao lazer implica educação!

Lazer: meio e fim educativos

Como são diversos os sentidos de lazer com os quais convivemos. Ele pode tanto contribuir com manutenção do *status quo*, reforçando valores excludentes, ou agir em prol da resistência, mobilização e transformação sociocultural.

Vários estudiosos discutem o lazer como um privilegiado tempo, espaço, oportunidade de vivência de valores que podem contribuir com mudanças de ordem moral e cultural, necessárias à construção de transformações sociais cidadãs. Ele se manifesta em diferentes contextos de acordo com os sentidos e significados dialeticamente produzidos/reproduzidos pelas pessoas nas relações entre si e no mundo.

Por isso, para a conquista do direito ao lazer é indispensável considerarmos o duplo aspecto educativo do lazer, ou seja, como meio/veículo e como fim/objeto de educação, considerando-se não somente suas possibilidades de descanso e divertimento, como também de desenvolvimento pessoal, social e humano.

A discussão desse tema coloca em foco o debate do papel educativo que o lazer cumpre na socialização como fator decisivo para a humanização das relações. Processo que não é simples e nem linear, que implica conquistas sociais pelos sujeitos e grupos. Processo que fala da constituição de sujeitos como presença no mundo, se reconstruindo em suas interações nas diversas experiências culturais vividas na vida cotidiana.

Nesse processo, diversidades culturais e interação de pessoas de várias idades (intergeracionalidade) expressam a riqueza humana e elementos que facilitam nosso entendimento intercultural e potencializam as culturas dos diferentes grupos, que variam segundo o nível de renda, as condições culturais, educacionais e hábitos de lazer, dentre outros aspectos a considerar. (BRASIL, 2007).

A discussão para e pelo lazer amplia, assim, o envolvimento das diferentes instâncias sociais: a família, a escola, os grupos sociais, os meios de comunicação e outras. Por isso, implica intervenções específicas formais e não formais que possam imergir na dialética entre reprodução e mudança social.

Para isso, as ações educativas para e pelo lazer precisam abrir espaços para a vivência dialogada de conteúdos, sendo assimilados não só em relação aos modos de organização do tempo, do espaço e das atividades, como também refletindo sobre ideias, conceitos, saberes, valores, hábitos e normas vividos. As vivências no lazer precisam ser compreendidas em suas intencionalidades.

Outro aspecto educativo importante na convivência no lazer deve ser a participação democrática, consciente do seu caráter plural, complexo e conflitante. O lazer pode ser uma importante oportunidade de educação para prática consciente de direitos, justiça, sensibilidade política, sensibilidade estética e solidariedade democrática. Essa tomada de decisão requer a construção de reconhecimentos de saberes e experiências teórico-práticas, a valorização das diversidades culturais, o estímulo ao agir, refletir, recriar práticas, sentidos e significados.

A interação entre educandos, educadores e conhecimentos construídos nos vários tempos e espaços educativos vividos precisa abrir espaços para a construção de leituras das identidades, dos modos de produção e consumo cultural, interesses, necessidades, demandas, assim como problemas e alternativas vividos pelos diferentes atores sociais implicados. A partir da reflexão sobre suas experiências de vida os conhecimentos serão construídos e ampliados, considerando a realidade histórica vivida.

A educação para e pelo lazer se traduz em ações com práticas e respostas múltiplas e concretas, que supõem realizações críticas e criativas; conscientizadoras e humanizadoras, concretizadas por meio de relação de reciprocidade entre instituições, solidariedade em grupos, do controle da ação, da construção de novas pedagogias e da interação entre educadores, educandos e conhecimentos de diferentes naturezas: científica, experiencial, popular, tecnológicas e outras.

Os diálogos estabelecidos favorecem o levantamento de conhecimentos prévios que estruturam o arcabouço de experiências consolidadas pelos grupos base inicial para

novas experiências que valorizem os participantes como coautores das ações realizadas, questionem o vivido e (re)criem conteúdos. Se esse diálogo for interdisciplinar, amplia condições de leitura e compreensão de limites e possibilidades das experiências vividas.

Enfim, o lazer é, especialmente, possibilidade de livre adesão e participação lúdica na ação coletiva. É tempo/ espaço/oportunidade de recriação, encontro, pertencimento e apoderamento de suas ações (PINTO, 2004).

O processo educativo aqui discutido desafia a formação e ação de diferentes educadores e lideranças.

Lazer: campo de formação e ação educativa

O lazer é, pois, campo de produção de emprego e renda; de oferta e gestão de serviços; de planejamento, realização e avaliação de ações educativas formais (da Educação Básica à pós-graduação) e não formais (desenvolvidas por meio de programas e projetos sociais, eventos, grupos de estudos, ação comunitária e outros). Contexto que implica formação continuada e ação integrada de educadores, pesquisadores, gestores, agentes e lideranças diversas, partindo do princípio de que todos são educadores sociais, todos ensinam e aprendem continuamente nas ações compartilhadas. Esse argumento reconhece também a interface entre as práticas educativas e as práticas políticas, levando em conta que somente podem ser possíveis transformações na sociedade se estas se operarem passo-a-passo com propostas educativas populares.

Nos dizeres de Paulo Freire (1991, p.25),

Programa de ação popular [...] é uma forma de conhecimento pela via do corpo. E o intelectual pode se enriquecer ao aprender com essa forma de conhecimento. Vê a intimidade que existe entre (por exemplo) um favelado e os limites de sua alegria. E essas pessoas vão transando com os limites de sua existência e vão aprendendo e vão resistindo e vão realizando um saber corporal.

Isso requer que elevemos o nível da participação cultural de formas conformistas a patamares mais críticos e criativos, considerando os sujeitos historicamente situados e cultivando o jogo ético que a experiência lúdica inspira. Essa experiência cultiva também, do ponto de vista estético, a beleza dos movimentos conjuntos e habilidades que se articulam criativamente em cada gesto e prática cultural que se faz.

Tem requerido também investimento na desburocratização e na realização de intervenções educativas mais ágeis, cooperativas, criativas e descentralizadas, desenvolvendo programas que têm em vista reflexos socioculturais mais amplos e contínuos, diretamente articulados com as demandas dos cidadãos e grupos comunitários (RODRIGUES, 1996).

A ação comunitária tem sido considerada como uma alternativa operacional dentro de políticas de ação social, de modo geral, e em especial e de forma privilegiada, no campo de lazer, quando a organização que formula a política quer revesti-la de características próprias.

A ação comunitária é entendida, operacionalmente, como

Um trabalho socioeducativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade; sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispor-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo. (REQUIXA, 1973, p.15).

E aqui encontramos outro grande desafio a ser enfrentado: como organizar o saber popular em um programa de ação governamental?

Reconhecemos a necessidade de um conhecimento mais organizado das lutas populares, mas seria equívoco em seguida substituímos essas lutas por “pacotes”. Há descobertas nisso aí. Referimos-nos a importância de desvendar e equacionar as relações entre população e Poder Público. Esse desvendar quer dizer conquistar o aprender, que para nós é o começo do conhecer pelas relações lúdicas.

Por isso, não podemos nos esquecer de que uma proposta de educação popular para a autonomia não pode estar centrada na mera transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, na criação de espaços nos quais o saber popular possa se manifestar. A transmissão de conhecimento acontecerá de parte a parte, à medida que se manifestar o desejo de um conhecer algo do domínio do outro. Temos que tomar o cuidado para não sermos autoritários, manipulando os sujeitos pela competência técnica e científica.

As ações propostas implicam um trabalho em equipe que reúna todos que atuam no contexto onde se realiza a intervenção pretendida. Plano que será mais qualificado, respondendo melhor às múltiplas expectativas que a ele são depositadas, se realizado com integração intersetorial no planejamento/ação, ultrapassando o número de intervenções da oferta já existente. (BONALUME, 2004).

A articulação entre parcerias internas e externas - entre programas de lazer e os demais campos de formação e atuação do setor - otimizam a ação em relação ao uso dos recursos de infraestrutura física, material e financeira disponíveis em diferentes tempos e espaços educativos da entidade, com maiores condições de atendimento às necessidades diagnosticadas e ações realizadas.

A implementação e gestão das informações e conhecimentos sistematizados nos processos de monitoramento e avaliação, difundidos entre os envolvidos em todos os níveis do processo, é outro instrumento estratégico de participação e formação dos sujeitos, contribuindo para o fomento de estudos e revisões de programas/projetos, assim como a ampliação de condições de acesso e divulgação, com vistas a socialização e visibilidade dos resultados.

O assessoramento técnico-científico contínuo dos programas e projetos de lazer, e a formação continuada e em serviço dos educadores do lazer envolvidos, é outro instrumento estratégico para a qualidade da gestão dos mesmos.

Esses resultados nos dão uma ideia de que o desenvolvimento sustentável pressupõe atingir padrões dignos de vida para todas as pessoas, não só para pequenos grupos. Para isso, se faz necessário um suporte para as escolhas e o uso do que for disponibilizado. Ou seja, a conquista precisa ser traduzida em ações programáticas contínuas, sustentadas por tecnologias que garantam o acesso.

Enfim, a discussão aqui realizada parte do pressuposto de que vivemos em uma sociedade onde alguns sujeitos e grupos têm maiores privilégios para usufruir dos bens produzidos. Nesse contexto, um desses bens essenciais é o lazer do qual, ainda, muitos são excluídos, especialmente aqueles que não têm chances de serem educados para práticas conscientes e lúdicas.

Como diz Paulo Freire (1998), para a transformação dessa realidade é preciso que os sujeitos conheçam suas realidades, relacionem o lazer com suas condições de vida,

atuem e reflitam sobre suas ações concretas. E complementa

Uma ação socioeducativa para a autonomia funda-se em experiências estéticas, éticas, críticas e criativas. Respeita os saberes dos educandos; rejeita qualquer forma de discriminação; reconhece a identidade cultural dos educandos e a necessidade da superação dos nossos condicionamentos; corporifica as palavras pelo exemplo; busca a apreensão da realidade com convicção de que a mudança é possível. Curiosa, é comprometida como forma de intervenção no mundo, exercita a liberdade, a tomada consciente de decisões, o saber escutar; o diálogo, o querer bem aos educandos e a alegria (FREIRE, 1998).

Referências

BONALUME, Cláudia Regina. Políticas públicas de esporte e lazer nos programas de governo. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 16, 2004, Salvador/BA. *Anais...* p. 410-418.

BRASIL. *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)*. Brasília: Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, 2007. v. 1 e 2.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Tecnoprint, 1988.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Impresso*.

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papirus, 1996.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia; saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOMES et al. (Org.) *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación em Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. 398p.

GOMES, Christianne. *Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Formação e*

desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte. Campinas: Papyrus, 2003. 2007p

MELO, Victor Andrade de. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003. 224p. Melo (2006)

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008. p.43-78.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Sentidos de significados de lazer na atualidade: estudo com jovens belo-horizontinos*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2004. (Doutorado em Educação).

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos, brinquedos e brincadeiras. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007. p.171-194.

REQUIXA, R. *Lazer e ação comunitária*. São Paulo: SESC, 1973.

RODRIGUES, Rejane Penna; GUTTERRES, Etel Soares. Orçamento participativo e a questão do lazer; o caso de Porto Alegre/RS. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) *Lazer e políticas públicas setoriais; o papel das prefeituras*. São Paulo: Autores Associados, 1996. p. 71-84.

O ESPORTE NA REDE LATINO-AMERICANA DE AÇÃO INTEGRADA COM O LAZER E A EDUCAÇÃO

Fernando Marinho Mezzadri⁵

Introdução

Neste texto vamos apresentar e discutir algumas abordagens teóricas sobre o esporte, fazer um breve relato da história das políticas públicas para o esporte no Brasil e uma aproximação deste contexto com a Rede Latino-Americana de Lazer, Esporte e Educação (Rede LEE).

A Rede LEE vem sendo formada de maneira gradativa, a partir de reuniões promovidas pelo Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (ME/SNDEL), o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos, para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). E foi formalizada no *I Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação: Consolidando uma Rede de Produção do Conhecimento, Formação e Informação*, realizado em Foz do Iguaçu, conforme mencionado anteriormente.

Compreendemos que cada país da América Latina tem a sua própria história no desenvolvimento cultural, político, econômico, social e particularmente um contexto esportivo específico. Os países vão construindo suas lógicas próprias na dimensão esportiva, consolidando as estruturas de organizações das modalidades esportivas, a formação acadêmica específica e o fomento científico, tecnológico e de pesquisas na área do esporte.

Como o processo histórico de desenvolvimento esportivo dos países da América Latina tem uma lógica específica, podemos diagnosticar que ainda temos poucas informações sobre o contexto do esporte na construção social

5 O Professor Doutor Fernando Marinho Mezzadri é integrante da Rede CEDES/CEPEL/UFPR.

desses países. Por isso, é importante para a consolidação da Rede LEE um aprofundamento nos estudos e nas pesquisas desta área de conhecimento. Apenas com a materialização do diálogo constante, da troca de experiências, da fundamentação teórica e do conhecimento da realidade desses países, a integração da América Latina poderá ser efetivada.

Outra preocupação que temos, é a compreensão do esporte frente às demandas do lazer e da educação. Como atualmente o esporte vem ganhando um espaço cada vez maior no interior das práticas educacionais, sociais, políticas e econômicas, principalmente neste momento que antecede a organização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro de 2016, é que devemos ter claro o papel do esporte frente ao processo da intersectorialidade e da interdisciplinaridade entre o lazer e a educação. Temos que tomar todas as providências possíveis para não utilizarmos o esporte como instrumento do senso comum, salvacionista e voltarmos, como foi enfatizado nas décadas de 1960 a 1980, estimulando somente a prática tecnicista.

Partindo dessa reflexão, propomos debater o esporte em suas múltiplas dimensões como um dos elementos de integração da Rede LEE. Para pensarmos em uma formação integral do cidadão e uma transformação social devemos evidenciar: a qual esporte estamos nos referindo, qual fundamentação teórica que estamos utilizando para balizar as ações das políticas públicas de integração com o lazer e a educação.

Ao propor a discussão sobre o esporte no interior da Rede LEE, vamos fazê-la sob duas óticas articuladas entre si. A primeira busca contextualizar a fundamentação teórica para o esporte e a outra, de maneira breve, apresentar a história das políticas públicas para o esporte no Brasil. Após essas duas discussões propomos fazer a aproximação desta reflexão com a formação da Rede LEE.

Algumas abordagens sobre o esporte

Não pretendemos aqui, de forma alguma, esgotar a discussão sobre o esporte, mas propor elementos para iniciarmos o debate e estimular outros estudos que possam acrescentar informações sobre estes temas nos diversos países da América Latina e continuarmos alavancando a Rede LEE.

A apresentação de uma discussão sobre o conceito de esporte pode ser muito pretensiosa, mas procuramos

dialogar com alguns autores que abordaram essa temática fundamentados em matrizes teóricas estruturantes.

Entre os diversos autores que abordaram o tema esporte, vamos iniciar a apresentação pelo historiador Eric Hobsbawn. Para o autor, o esporte constitui uma tradição inventada⁶ na Inglaterra, durante o século XIX, pela classe burguesa e como um dos meios de distinção das classes sociais. O esporte era praticado pelas diferentes classes sociais como um estilo de vida próprio. As práticas das modalidades esportivas demonstravam a qual classe social pertencia os seus praticantes, como por exemplo, o boxe e o ciclismo para a classe operária, o tênis para a classe média e o golfe para a classe burguesa.

Em outra direção, o sociólogo Norbert Elias na obra “Busca da excitação”⁷ demonstrou que o esporte foi uma das práticas sociais que auxiliaram no desenvolvimento do processo civilizador. O autor destacou a passagem do jogo para o esporte como, também, sendo um dos elementos que compuseram as regras sociais construídas conjuntamente com a parlamentarização da política inglesa. O processo civilizador se constitui principalmente pela busca das emoções, pelo controle da violência e o auto controle dos indivíduos.

Para o sociólogo Pierre Bourdieu, nas obras “Coisas ditas”⁸ e “Questões de sociologia”⁹ o esporte surgiu nas escolas públicas da Inglaterra durante o século XIX, constituindo ao seu redor um campo, que é denominado especificamente como campo esportivo. O campo é estruturado por um processo contínuo de disputas e interações entre os agentes e as instituições ou, se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores.

O campo esportivo também é um lugar de disputa do poder, disputas que se encontram nas esferas do amadorismo contra o profissionalismo; do esporte participação contra o esporte espetáculo; do conhecimento científico do esporte contra o senso comum; dos projetos sociais de esporte contra o esporte rendimento; ofertas do poder público para o esporte contra a demanda social; a prática esportiva para a qualidade de vida/saúde e o esporte espetáculo; e as entidades esportivas.

6 HOBBSBAWN, Eric. ; RANGER Terence. *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra História, 1984.

7 ELIAS, Norbert. DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992.

8 BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

9 BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 150.

Para Allen Guttmann¹⁰, o esporte se constitui como um fenômeno cultural existente em diferentes períodos históricos e em diversas sociedades. Para o autor, o esporte moderno trata-se de competição física não utilitária, que nasceu na Inglaterra e se difundiu rapidamente para outros países ao redor do mundo.

Segundo Allen Guttmann, citado por Proni (1998),

O esporte moderno seria marcado por um afastamento do universo sagrado/religioso (secularismo); pelo postulado da igualdade de oportunidades perante a competição (equidade); pela dedicação do atleta a uma única modalidade esportiva visando o aperfeiçoamento técnico (especialização); pela normatização e padronização das regras e pelo aperfeiçoamento tático/estratégico (racionalismo); pelo controle centralizado do calendário e pela hierarquização administrativa (organização burocrática); pela preocupação com a mensuração padronizada do desempenho atlético e com a análise estatística (quantificação); e pela obsessão por superar marcas estabelecidas por outros competidores no passado (busca de recordes).¹¹

Além desses autores, vários outros, mundialmente conhecidos, abordaram a temática do esporte em seus estudos, entre eles podemos citar: José Maria Cagigal (1981), Jean-Marie Brohm (1982), Manoel Sérgio (1985), Pierre Parlebas (1988). As discussões apresentadas por esses autores auxiliam na compreensão mais abrangente da categoria esporte, principalmente no que se refere a sua inserção no processo de construção social.

No Brasil, podemos citar entre os principais pesquisadores que debatem a questão do esporte os seguintes autores: Manoel Gomes Tubino (2010), Valter Bracht (1992), Go Tani (2000), Ademir Gebara (1995), Mauro Betti (2002) e Wanderley Marchi Júnior (2009). A partir deste momento vamos destacar dois destes pesquisadores que inseriram a questão do esporte como elementos do desenvolvimento social.

Inicialmente enfatizamos o professor Manoel Gomes Tubino, um dos pesquisadores que mais influenciaram o esporte no Brasil, tanto pelas suas obras, quanto pela sua participação na estruturação esportiva brasileira. Tubino participou ativamente na elaboração de políticas públicas para

10 GUTTMANN, A. *From ritual to record: the nature of modern sports*. Columbia University Press, 1978, cap. III, p. 57

11 PRONI, Marcelo Weishaupt. *Esporte-espetáculo - futebol-empresa*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1998. p.25

o esporte no Brasil das décadas de 1970 à 1990. O autor dividiu conceitualmente o esporte em três categorias destacadas a seguir:

a) Esporte-Educação (voltado para a formação da cidadania) está dividido em: Esporte Educacional e Esporte Escolar, 2º Estudo.

O Esporte Educacional, também chamado de Esporte na Escola, pode ser oferecido também para crianças e adolescentes fora da escola (comunidades em estado de carência, por exemplo). O Esporte Educacional, segundo Tubino, Garrido e Tubino (2006), deve estar referenciado nos princípios da: inclusão, participação, cooperação, coeducação e corresponsabilidade.

O Esporte Escolar é praticado por jovens com algum talento para a prática esportiva. O Esporte Escolar, embora compreenda competições entre escolas, não prescinde de formação para a cidadania, como uma manifestação do Esporte-Educação.

b) Esporte-Lazer, também conhecido como Esporte Popular, praticado de forma espontânea, tem relações com a saúde e as regras. Estas podem ser oficiais, adaptadas ou até criadas, pois são estabelecidas entre os participantes. O Esporte-Lazer, que também é conhecido como Esporte Comunitário, Esporte-Ócio, Esporte-Participação ou Esporte do Tempo Livre, tem como princípios: a participação, o prazer e a inclusão.

c) Esporte de Desempenho, conhecido também como Esporte de Competição, Esporte-Performance e Esporte Institucionalizado, é aquele praticado obedecendo a códigos e regras estabelecidos por entidades internacionais. Objetiva resultados, vitórias, recordes, títulos esportivos, projeções na mídia e prêmios financeiros. A ética deve ser uma referência nas competições e nos treinamentos. Os dois princípios do Esporte de Desempenho são: a Superação e o Desenvolvimento Esportivo. Convém esclarecer que o Esporte de Desempenho pode ser: de Rendimento ou de Alto Rendimento (Alta Competição, Alto Nível etc.).¹²

A discussão sobre esporte apresentada por Tubino ainda é muito utilizada atualmente, essa definição foi sendo

12 TUBINO, Manoel José Gomes. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem, 2010. 163 p.

ncorporada na estrutura da organização esportiva brasileira no decorrer dos anos. Podemos verificar que os governos federal, estaduais e municipais também adotam a definição na sua estrutura organizacional. Normalmente as divisões estruturais dos órgãos públicos estão separadas com a mesma nomenclatura “esporte educacional, esporte rendimento e esporte lazer”. Também, a própria legislação esportiva brasileira está fundamentada nessa direção. Como podemos observar a fundamentação teórica apresentada por Tubino transcendeu o mundo acadêmico e acabou balizando inúmeras ações esportivas.

Em outra perspectiva teórica, fundamentada na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, Wanderley Marchi Júnior, professor de Educação Física e de Sociologia da UFPR, sintetiza

o esporte como um fenômeno processual, social, econômico, cultural e historicamente construído (portanto, dinâmico), presente na maioria dos povos e culturas intercontinentais, independente da nacionalidade, língua, cor, credo, posição social, gênero ou idade, e que na contemporaneidade tem se popularizado planetariamente e redimensionado seu sentido pelas lógicas dos processos de mercantilização e espetacularização. Baseados nesse posicionamento chegamos ao ponto de evidenciar qual é a nossa principal referência interpretativa e analítica do esporte, a saber, a polissemia, ou seja, a leitura do esporte numa perspectiva ampliada e de múltiplos sentidos, significados e contextos (MARCHI JR., 2008, 2005, 2004).¹³

Para o autor o esporte pode se traduzir em seis possíveis “manifestações”, entre outras. São elas:

1. Escolar;
2. Lazer;
3. Saúde/qualidade de vida;
4. Reabilitação;
5. Rendimento/performance;
6. Profissional.

Observamos na definição apresentada por Marchi Jr. que o esporte deve ser compreendido de maneira polissêmica, com suas múltiplas dimensões e significados. A abrangência desta definição possibilita ampliar as ações para o esporte e auxilia na construção social. Portanto, a definição dos espaços das manifestações esportivas na estrutura do campo esportivo, depende dos agentes e das instituições que estão no seu interior.

As políticas públicas para esporte: uma visão histórica

Partindo dessas abordagens teóricas, faremos a seguir um breve relato histórico das políticas públicas para o esporte no Brasil, para, posteriormente, estabelecermos algumas aproximações com o referencial teórico do esporte e com a formação da Rede LEE.

A inserção do esporte na legislação brasileira de maneira mais ampla ocorre oficialmente a partir da Lei n. 3199/41. A respectiva Lei estabelecia os mesmos objetivos do Governo Federal daquele momento histórico, que estava pautado na centralização do poder e na construção da identidade nacional. O discurso governamental era de formar homens fortes para construir uma nação forte. Com isso, a prática esportiva ganhava projeção no interior da sociedade e fundamentava-se na disciplina, na construção das energias da juventude brasileira, na formação dos cidadãos por meio de valores amadores de dignidade, de lealdade e de educação cívica.

O esporte foi sendo inserido, gradativamente, no âmbito escolar, universitário e militar com os mesmos objetivos disciplinares e da formação da nação. A União, os Estados e os Municípios, ficaram responsabilizados pela construção de instalações esportivas, e assumiram o encargo de subvencionar as entidades esportivas no desenvolvimento de suas atividades para potencializar a construção da nação forte.

A caminhada das políticas públicas para esporte no transcorrer das décadas de 50 e 60 continuava na mesma direção, com forte intervenção do Estado, aumentando cada vez mais sua inserção na vida dos cidadãos e inserido no contexto escolar. O poder público centralizador daquele período enxergava no esporte um grande meio de estabelecer intervenções nas diversas modalidades esportivas, e obter possíveis vantagens eleitorais com essas ações. Nessa direção, havia investimentos por parte dos governos municipais, estaduais e federal, na realização de jogos escolares, no pagamento de arbitragem dos diversos campeonatos e jogos escolares, compra de uniformes das equipes, troféus e medalhas para os vencedores dos torneios organizados pelo poder público. Em paralelo a essas ações, começavam de maneira bastante incisiva as construções, pelo poder público, de ginásios de esportes e estádios de futebol.

Já no período do governo militar, em plena ditadura, entre as décadas de 60 e meados dos anos 80, novos sobressaltos aconteceram na caminhada pelo qual passavam as políticas

públicas para esporte, mas a base da gestão pública continuava sustentada na centralização do poder, com as práticas calcadas na disciplina e no autoritarismo. Ainda sob a ótica da gestão centralizadora, cabia aos governantes definir as prioridades para a demanda social.

O eixo do conceito de esporte naquele momento se deslocava do viés nacionalista e disciplinador para a aptidão física da performance esportiva, do treinamento esportivo, do tecnicismo, da massificação das práticas esportivas e da melhoria do rendimento. O Ministério da Educação e Cultura, responsável pelo desenvolvimento do esporte, incorporava as várias modalidades esportivas, na perspectiva tecnicista nos conteúdos da própria educação física escolar e no esporte universitário.

Somente com a abertura política que começava a se instalar no Brasil na década de 80, o caminho histórico percorrido pelo esporte começava a mudar de direção. As mudanças ocorreram a partir da demanda reprimida das entidades esportivas, dos agentes esportivos e da pressão social. As alterações refletiram no conceito do esporte utilizado nas políticas públicas, na alteração da estrutura do sistema esportivo e, por fim, uma grande mudança da gestão pública.

Se por um lado os agentes do poder público começavam a debater sobre qual seria o papel do Estado frente os novos desafios do lazer, do esporte, e da educação, por outro lado as entidades esportivas reivindicavam autonomia frente às intervenções do Estado e mudanças na legislação esportiva. Aqui vale resgatar a categoria de campo esportivo de Pierre Bourdieu, as lutas entre os agentes e as instituições ocorrem dentro da estrutura do campo. Observamos nessa estrutura as disputas entre o amadorismo contra o profissionalismo, do esporte participação contra o esporte espetáculo; do conhecimento científico do esporte contra o senso comum; dos projetos sociais de esporte contra o esporte rendimento; ofertas do poder público para o esporte rendimento contra a demanda social; a prática esportiva para a qualidade de vida/saúde e o esporte espetáculo.

Exatamente nessas disputas no interior do campo esportivo, que o Art. 217 da Constituição Brasileira de 1988 foi construído. Se o caput desse artigo transcreve sobre o direito dos cidadãos na prática do esporte e do lazer e o investimento prioritário para o esporte educacional, parágrafo 1º desse mesmo artigo está fundamentado na autonomia das entidades esportivas. Esse problema, que persiste até os dias

atuais, deve ser debatido, com a definição do papel do Estado neste processo e com a universalização do acesso às práticas do lazer, do esporte e da educação.

Mantendo os princípios históricos das políticas públicas para o esporte, as maiores alterações legais (Lei n. 8.672/93 – Lei Zico, e a Lei 9.615/98 – Lei Pelé) balizaram-se no âmbito do esporte profissional, em que se prevê o fim da Lei do passe, a profissionalização dos clubes, a autonomia das entidades esportivas e a fiscalização do Ministério Público.

Com a mudança de governo em 2003, novamente o caminho que trilhava o esporte e o lazer altera de direção e dá início ao processo de construção de uma nova forma de gestão pública para essas áreas. A gestão participativa, democrática e descentralizada, começava a ser implantada a partir das ações do recém criado Ministério do Esporte. O amplo debate nas áreas de esporte e lazer se efetivava na definição do papel do Estado frente às demandas sociais, no rompimento da lógica da massificação do esporte na consolidação das necessidades eminentes para a universalização e a democratização do acesso ao esporte, lazer e educação. Buscou-se também, novas definições para o esporte como construção social e novos projetos foram sendo construídos.

Enfim, o processo democrático instalado no Brasil, na década de 80, chegava às áreas do esporte e do lazer. Com a ampla participação popular, e das entidades esportivas, por meio da Conferência Nacional de Esporte. Surgiu como resultado da participação social a definição da Política Nacional de Esporte, que, por sua vez, decidiu os princípios e as diretrizes para as áreas de esporte e lazer no país. Mais recentemente, em 2010, a III Conferência Nacional de Esporte estabeleceu um plano decenal para ser desenvolvido nas áreas do esporte, do lazer e suas aproximações com a educação.

As relações históricas das políticas públicas para o esporte, a fundamentação teórica e a formação da Rede Latino-Americana

Após a apresentação da discussão teórica e o breve relato da história das políticas públicas para esporte no Brasil, destacamos a necessidade de compreender o papel da Rede LEE neste processo de consolidação da integração entre os países da América Latina e das ações intersetoriais do lazer, esporte e educação.

Inicialmente, podemos focar nosso olhar para a integração dos países latino-americanos, conforme já mencionado anteriormente. Com o referencial teórico apresentado podemos indicar algumas possibilidades de integração a partir de avanços nas áreas da formação acadêmica, da pesquisa, do desenvolvimento científico e tecnológico. Entendemos ser premente o aprofundamento do conhecimento sobre o esporte, lazer e educação nos países da América Latina. Apenas com este conhecimento produzido, podemos retroalimentar novas ações para a integração cultural, política, econômica, social e esportiva da América Latina.

Identificamos algumas ações recentes na área do esporte que estão seguindo nesta direção, que serão apresentadas a seguir:

A criação da Universidade Federal de Integração Latino-Americana UNILA, com sede em Foz do Iguaçu, e que tem como objetivos

Contribuir para o processo de integração regional por meio: do conhecimento compartilhado e da cooperação solidária entre universidades e centros de pesquisa da América Latina; da elaboração de projetos de pesquisas e propostas que contribuam para a solução dos problemas e para o avanço da ciência e da tecnologia em todas as esferas do conhecimento; da oferta diversificada de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de humanidades, ciências e artes aberta a estudantes oriundos de todos os países da AL.

A formação da *Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte* – ALESDE. A ALESDE que é uma instituição nova, fundada em 2007 na cidade de Guadalajara – México, durante o XXVI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS). Entretanto, desde 2001, alguns pesquisadores latino-americanos vêm se reunindo e discutindo a sociologia do esporte em todas as suas dimensões e, nesse âmbito, enxergaram a necessidade da constituição de uma representação institucional junto à comunidade acadêmica e científica latino-americana. Até o momento fazem parte da entidade representantes do Chile, Brasil, Venezuela, Colômbia, México, Argentina entre outros países.

Projetos de pesquisa vêm sendo desenvolvidos comparando as estruturas burocráticas de esporte e lazer das cidades de Curitiba – Brasil e Talcahuano – Chile. A nova pesquisa que estamos iniciando, coordenada pelo professor chileno Gonzalo Bravo da Universidade de West Virginia nos Estados Unidos, conta com a participação de vários

pesquisadores dos países latino-americanos e tem por objetivo compreender a formação acadêmica dos gestores esportivos em seus países.

Essas são algumas das ações no campo do esporte que estamos desenvolvendo para fortalecer a Rede LEE. Entretanto, consideramos a necessidade de avançarmos ainda mais nesta direção, estimulando outros pesquisadores a realizar investigações a partir da proposta de integração da América Latina.

Por outro lado, a integração do esporte, do lazer e da educação também se torna um grande desafio na consolidação da Rede LEE. Embora tenhamos vários pesquisadores que pautam o esporte como área de conhecimento fundamentada na abordagem polissêmica numa perspectiva ampliada e múltiplas dimensões, não será uma tarefa simples inserir esse entendimento teórico nas políticas públicas. Neste sentido, Jay Coakley também afirma que

o esporte tem um caráter fundamental que transcende o tempo e lugar. Eles veem o esporte como "pura" atividade essencial que não pode ser alterado sem comprometer o seu caráter. Quando esta abordagem do esporte é predominante, tornar-se difícil criar políticas eficazes que envolvam esporte ou para integrar o esporte de forma eficaz com lazer e educação.¹⁴

Somente nos últimos anos as discussões conceituais e as intervenções das políticas públicas caminham na direção do esporte como processo de integração com o lazer e com a educação. A realização do *I Seminário Latino Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação: Consolidando uma Rede de Produção do Conhecimento, Formação e Informação*, promovido pela SNDEL/ME e pela SECAD/MEC, demonstra a atual preocupação com as políticas públicas de integração da região e com a construção social. Mas este processo tem que ser contínuo, deve-se estabelecer uma política pública de incentivo ao desenvolvimento dessas integrações.

Por isso, entendemos que a história das políticas públicas e da fundamentação teórica auxiliam na compreensão das intervenções nessas áreas. Assim, evidenciamos a necessidade de continuarmos a debater as ações concretas para a real integração do esporte, do lazer e da educação.

14 COAKLEY, Jay. *Using social research and theory to inform public policies that integrate leisure, sport and education*. Texto apresentado durante o I Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação: Consolidando uma Rede de Produção do Conhecimento, Formação e Informação. Foz do Iguaçu, 2010.

Construir a integração entre as três áreas do conhecimento, não será uma tarefa fácil, ainda mais se consideramos a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos no Brasil. Mas, compreendemos que o caminho adotado pela Rede LEE, vai contribuir em muito para a integração dos países da América Latina conjuntamente com a integração do lazer, esporte e educação. Temos a convicção de que as políticas públicas construídas entorno dos mega eventos, proporcione a transformação social, englobando o esporte nas dimensões da escola, lazer, saúde/qualidade de vida reabilitação e não somente a lógica do esporte profissional.

Ainda estamos no começo destas integrações nos campos institucional, de formação, de investigação ou de informação. A caminhada é longa para consolidarmos a integração da Rede LEE, assim cabe a toda comunidade acadêmica e científica inserida nos campos do esporte, lazer e educação pautar esta demanda para continuarmos a construção de projetos em conjunto entre os países da América Latina.

Referências

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*: para uma teoria geral da política. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 10. ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos. Organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. 12ª reimpressão Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, 2000.

_____. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 150.

_____. *Contra fogos I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *Contra fogos II*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *Miséria do mundo*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Las estructuras sociales de la economía*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

_____. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRACHT, Valter. *Aprendizagem social e educação física*. Porto Alegre: Magister, 1992.

COAKLEY, Jay. *Using social research and theory to inform public policies that Integrate Leisure, Sport and Education*. Texto apresentado durante o I Sem. Latino-Americano de Pol.s Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação: Consolidando uma Rede de Produção do Conhecimento, Formação e Informação. Foz do Iguaçu, 2010.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992.

GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A., 2001.

GUTTMANN, A. *From ritual to record: the nature of modern sports*. Columbia University Press, 1978, cap. III, p. 57.

HOBBSAWN, Eric.; RANGER Terence. *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra História, 1984.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. *“Sacando” o voleibol*. São Paulo: Hucitec; Ijuí – RS: Unijuí, 2004.

MEZZADRI, Fernando Marinho. *A estrutura do esporte paranaense: da formação dos clubes a situação atual*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2000.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *Esporte-Espetáculo Futebol-Empresa*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1998. p. 25

TUBINO, Manoel José Gomes. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem, 2010. 163 p.

WACQUANT, Loic. *O mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO¹⁵

Jaqueline Moll¹⁶

Os desafios contemporâneos da educação pública no Brasil, e de muitos países latino-americanos, referem-se aos processos de acesso, aprendizagem, permanência e significação da instituição escolar na vida de milhões de estudantes. Estamos avançando na ampliação do acesso de crianças, adolescentes e jovens, sobretudo à etapa fundamental da educação básica, mas há léguas para caminhar no sentido de dar efetividade às aprendizagens escolares como condição para a plena inclusão social.

Considerando-se o imperativo que representa o desafio da reinvenção da escola como fruto da capacidade de diálogo entre estado e sociedade, entre escola e comunidade e como resultado da imaginação institucional propulsora de “inéditos pedagógicos e administrativos viáveis”, apresenta-se no Brasil, a possibilidade histórica da construção de políticas permanentes e sustentáveis de educação integral, em tempo integral¹⁷. Nesse sentido o debate e as ações no campo da educação integral não podem se constituir pela formatação de “ilhas modelo de excelência”, que isolem algumas escolas dando-lhes condições inimagináveis para o conjunto das redes e sistemas públicos de ensino.

15 Texto adaptado a partir de apresentação realizada em sessão de trabalho no XV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino na Universidade Federal de Minas Gerais em abril de 2010.

16 Professora Doutora Jaqueline Moll é Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação.

17 Em sentido restrito refere-se à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa, como escola de dia inteiro. Em sentido amplo abrange o debate da educação integral - consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros - no qual a categoria “tempo escolar” reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação a necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar (MOLL, Jaqueline. Dicionário Docente. UFMG, 2010).

Alguns países latino-americanos como Uruguai, Argentina e Chile já avançaram neste sentido, tendo uma oferta formativa escolar que ultrapassa a “escola de turnos”, a escola de quatro horas diárias ou menos. No Chile este processo de ampliação do tempo escolar, denominado *jornada completa*, iniciou em 1997 estabelecendo uma jornada semanal de 38 horas.

Darcy Ribeiro, antropólogo e homem público brasileiro, gestor de uma grande experiência educacional no estado do Rio de Janeiro, no período da redemocratização brasileira, afirmou que

a Escola de dia completo, vale dizer, a que atende seus alunos das 7 ou 8 da manhã até às 4 ou 5 da tarde, não é nenhuma invenção do Brizola nem minha, nos CIEPs. Este é o horário das escolas de todo o mundo civilizado. Todas essas horas de estudo são absolutamente indispensáveis para fazer com que o menino francês aprenda a ler e escrever em francês, ou o japonês em japonês. Oferecer a metade dessa atenção, e às vezes menos ainda, a uma criança mais carente que a daqueles países, porque afundada na pobreza e porque recentemente urbanizada, é condená-la a fracassar na escola e depois na vida. (2009, p.185).

Este texto percorre as trilhas da reflexão-ação desenvolvidas no período 2007-2010 no contexto da estruturação, implantação e implementação do Programa Mais Educação. Estratégia indutora à construção da agenda de educação integral no Brasil, desenvolvida pela Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Programa que pretende contribuir para o debate acerca da educação integral como possibilidade real no cotidiano da escola pública brasileira, considerando o financiamento permanente que garanta a sua materialidade, o arcabouço legal que lhe dê sustentação e a necessidade de ressignificação do espaço escolar e da construção de um campo de debates que, de modo substantivo, coloquem:

o desenvolvimento humano como horizonte (...), a necessidade de realização das potencialidades de cada indivíduo para que possa evoluir plenamente com a conjugação de suas capacidades, conectando as diversas dimensões do sujeito (cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física, biológica)(GUARÁ, 2006, p.16).

Dois pressupostos, complementares entre si, embasam essa reflexão. O primeiro refere-se à educação escolar pública,

legado republicano, como direito inalienável de toda sociedade e dever de Estado. O segundo refere-se à compreensão de que os processos educativos na contemporaneidade transcendem a instituição escolar – passam impreterivelmente pela escola – mas articulam-se, ou devem articular-se, a uma ampla rede de políticas sociais e culturais, de atores sociais e de equipamentos públicos. Portanto, educação integral pressupõe escola pública, de qualidade e para todas *em articulação* com espaços/políticas/atores que possibilitem a construção de novos territórios físicos e simbólicos de educação pública. Desconsiderando-se tal perspectiva corre-se o risco de pensar na escola como instituição total, na política de educação integral como a nova panacéia para resolução dos clássicos problemas da educação pública e na “hiperescolarização” como resposta ao não aprender.

No contexto de profundas desigualdades sociais que ainda caracteriza os países latino-americanos, em que pesem configurações e avanços específicos de cada país em particular, sobretudo nestes tempos de retomada, consolidação e aprofundamento democrático, convergimos para a necessidade de ampliar o tempo de escolarização de nossos estudantes, tanto em número de anos, quanto na ampliação da jornada diária¹⁸. Tal tarefa impõe-se como exigência de ação intersetorial, para qual é desejável e necessária a organização de redes de pesquisadores, gestores, educadores dos campos do lazer, do esporte e da educação – bem como de outras áreas que poderiam agregar-se saúde, da cultura, da inclusão digital, dos direitos humanos, da sustentabilidade ambiental.

Aspectos da crise da instituição escolar

Diferentes situações apontam aspectos da crise da instituição escolar: a não aprendizagem ou a saída extemporânea das alunas especialmente jovens de classes populares, o licenciamento expressivo das professoras de suas funções docentes por processos de adoecimento, a altura dos muros que separam a escola da comunidade, a ausência de diálogo entre pais e professores, entre outros. O isolamento de qualquer um desses aspectos conduz a uma espécie de cegueira que induz à percepção de incapacidades e impossibilidades no lugar de possibilidades e oportunidades. Numa perspectiva

18 No Brasil a Emenda Constitucional 59/2009 tornou obrigatória a matrícula para crianças e jovens entre 4 e 17 anos até 2016, e o Plano Nacional de Educação encaminhado ao Congresso Nacional, em dezembro de 2010, prevê 50% das escolas públicas em “regime” de educação integral, nos próximos dez anos.

caleidoscópica insistimos, portanto, em uma leitura que não isole nenhum desses fatores, mas que busque compreendê-los na complexa teia de significados e práticas que caracteriza a instituição escolar e que coloca em oposição atores que poderiam e deveriam cooperar: alunas x professoras, professoras x pais, pais x gestores, funcionários X professores, etc.

A crise da instituição escolar é, desde este ponto de vista, a crise de um “*modus operandi*” que se institui desde meados do século XVIII no advento do estado moderno e que prima pela separação entre os processos educativos realizados no âmbito das relações sociais, familiares, comunitárias e aqueles realizados sob as determinações do poder público, na instituição escolar, por meio do rígido ordenamento dos campos de conhecimento, da assepsia em relação à vida cotidiana e da hierarquização dos tempos da vida, divididos em etapas quase intransponíveis. A oposição entre saberes populares e saberes “eruditos” no âmbito escolar constitui um dos fatores centrais desta crise (MOLL, 2000). Nas palavras de Philippe Áries:

a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isto quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente com eles. A despeito de muitas reticências e retardamentos a criança foi separada dos adultos e mantida a distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo (1981, p.11).

Este é o amplo panorama histórico e pedagógico que caracteriza a crise da instituição escolar com o qual é desejável que a educação integral dialogue.

Educação Integral: possibilidades nas conexões entre a escola e a vida

O debate da educação integral ganha sentido, portanto, nas possibilidades, que estão sendo e que serão construídas, de reinvenção da prática educativa escolar no sentido de seu desenclausuramento, de seu reencontro com a vida, do desenrijecimento de seus tempos e da interlocução entre os campos do conhecimento em função da compreensão e da inserção plena no mundo (MOLL, 2007). No reencontro com a vida coloca-se a perspectiva de um projeto educativo que, ancorado na instituição escolar, possa recriar seu sentido na relação com outros interlocutores, outros espaços, outras políticas e equipamentos públicos.

No pensamento educacional brasileiro as raízes desse debate podem ser encontradas no Manifesto dos Pioneiros

da Educação Nova, escrito em 1932, no qual se advoga uma “escola moderna” que articule para o bem da educação pública todas as instituições interessadas na tarefa da educação:

é impossível realizar-se em intensidade e extensão, uma sólida obra educacional, sem se rasgarem à escola aberturas no maior número possível de direções e sem se multiplicarem os pontos de apoio de que ela precisa, para se desenvolver (...).

Considerando-se as especificidades do contexto social e educacional do Brasil dos anos 30, o pensamento dos manifestantes de 1932 aponta para uma articulação que na contemporaneidade, caracterizada pelo acesso à escola de 97% de crianças, adolescentes e jovens (IBGE, 2001). A educação pode ser compreendida na perspectiva da ampliação dos territórios e dos conteúdos educativos, pela abertura da instituição escolar ao conjunto de políticas públicas no campo da educação, da cultura, da saúde, do lazer, do esporte, da inclusão digital, entre outros e ao conjunto de equipamentos públicos que lhes dão condições de materialidade.

Nesse sentido, o conceito de “*cidade educadora*” pode ser pertinente porque implica a ‘conversão’ do território urbano em território intencionalmente educador por meio de novas pactuações entre o Estado e as organizações da sociedade. Os atores desse debate serão alunos, professores, pais, gestores, comunidades. A cidade, no seu conjunto, oferecerá, intencionalmente, às novas gerações experiências contínuas e significativas em todas as esferas e temas da vida. Na articulação feita a partir do projeto educativo da escola, essas experiências poderão dar novos sentidos aos conteúdos clássicos da educação escolar e a própria experiência escolar. Portanto, se o *território* da educação escolar, no contexto da educação integral, pode ser a cidade em suas múltiplas possibilidades e se a *forma* pode ser definida pela ampliação da jornada na perspectiva do tempo integral, é desejável que seus *conteúdos* dialoguem organicamente com temas que falem do que é estrutural para a vida em uma sociedade que se pretende afirmar como republicana e democrática.

A consideração da diversidade humana apresenta-se como um destes temas. Não há possibilidade de efetivação da uma educação integral se as alunas concretas de nossos espaços escolares – negras, índias, pobres, homossexuais, portadoras de necessidades especiais, defasadas na sua trajetória idade/série não estiverem simbolicamente inscritas nesses espaços, se não estiverem inscritas no olhar do professor e de quem faz a gestão educacional.

O ponto de partida a partir do qual se organiza a escola que pensa e propõe educação integral, precisa considerar os saberes, as histórias, as trajetórias, as memórias, as sensibilidades dos grupos e dos sujeitos com os quais trabalha, tecendo-os as universalidades expressas nos campos clássicos de conhecimento. Trata-se de reaproximar os tempos da vida dos tempos da escola, entendendo-os em seu *continuum*. Trata-se de avançar na qualificação do espaço escolar como espaço de vida, como espaço de conhecimentos e valores, como espaço no qual a vida transita em sua complexidade e inteireza, como espaço no qual cada aluna possa conhecer as artes, as ciências, as matemáticas, a literatura para situar-se na cidade, compreendendo-a, compreendendo-se e incorporando-se a ela.

Enquanto possibilidade de política pública de educação no Brasil, a educação integral constitui-se como um campo novo. Nesse sentido, o debate deve ser vigoroso na agenda que se está a construir. Mais do que respostas prontas, é preciso que nos indaguemos: em que medida a possibilidade de implementação de políticas de educação integral, inclusive na perspectiva do tempo integral, se reflete ou se refletirá na permanência, na aprendizagem e no sentido que crianças, adolescentes e jovens atribuem à escola? Em que medida as aprendizagens escolares no contexto da educação integral podem ou poderão ser significativas para crianças, adolescentes e jovens compreenderem-se no mundo, compreenderem o mundo e inserirem-se nele de modo pleno – em termos de cidadania, cultura, ciência, tecnologia, lazer e humanidades? Que integralidade educativa queremos construir?

Tais questões, entre tantas outras possíveis, têm como perspectiva colocar-nos, professores e gestores educacionais, na trilha desse debate, como protagonistas deste capítulo novo da educação brasileira e da educação latino-americana que se está a escrever. Novidade que busca ancoragens no passado, reflexões rigorosas sobre o presente (MEC, 2009) e projeções acerca de um futuro no qual a expressão “para todas” tenha sentido efetivo.

Percursos da Educação Integral no Brasil

Vários percursos foram trilhados no Brasil em diálogo com ideais de educação integral ao longo do século XX. Dentre eles, é preciso ressaltar duas iniciativas: as Escolas-Parque, idealizadas por Anísio Teixeira, e os Centros Integrados

de Educação Pública (CIEPs), idealizados por Darcy Ribeiro. Guardadas suas especificidades, as duas propostas projetavam-se como políticas públicas e propunham a ampliação do tempo escolar por meio de atividades nos campos dos esportes, das artes, da iniciação ao trabalho, entre outras.

A primeira temporalizou-se, na década de 1940, na cidade de Salvador, com a construção do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e na nova capital federal, nos anos 50, com a construção de cinco escolas-parque. Anísio Teixeira apontou as oportunidades escolares como promotoras de democracia e, assim desenhava a sua proposta:

Haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos para cada criança (...) no primeiro turno, a criança receberá, em prédio econômico e adequado, o ensino propriamente dito; no segundo, receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis (TEIXEIRA, 1997, p.243).

A segunda experiência, a dos CIEPs, materializou-se no estado do Rio de Janeiro nos anos 80, ao longo das duas gestões do governador Leonel Brizola. As ideias de Darcy Ribeiro representam a referência pedagógica e antropológica dessa experiência, propugnando uma escola pública de melhor qualidade para as camadas populares. Essas experiências contribuíram para um imaginário em que se vislumbra uma escola viva, pulsante, em contato com o seu entorno e em diálogo com os seus estudantes. Imaginário que, no pensamento de Paulo Freire, pode ser expresso na compreensão da relação indissolúvel entre a leitura de mundo e a leitura da palavra.

O que se caracteriza como uma educação integral, mediante o legado desses pensadores e as mudanças dos contextos históricos, é o reconhecimento da necessidade de ampliar e qualificar o tempo escolar, superando o caráter parcial e limitado que as poucas horas diárias proporcionam, em estreita associação com o reconhecimento das múltiplas dimensões que caracterizam os seres humanos. A parcialidade e a limitação em questão são agravadas por contextos territoriais de vulnerabilidade social que expõem crianças, adolescentes e jovens às violências simbólicas e físicas que marcam uma sociedade desigual, na qual as possibilidades de acesso à ciência, à cultura e à tecnologia estão vinculadas ao pertencimento a uma classe social.

A tarefa de promover a ampliação da jornada escolar é função de muitos. Todavia, destaca-se o papel do Estado na promoção de uma educação integral em tempo integral. Neste sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, de 1996, prevê aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral em seus artigos 34 e 87. Importante mencionar que a LDB expressa, em relação ao direito à educação integral, preceitos contidos tanto na Constituição Federal de 1988, quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Por sua vez, a Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação 2001-2010 (PNE) retoma e valoriza a educação integral, como possibilidade de formação humana integral. Esse PNE avança para além do texto da LDB, ao apresentar a educação em tempo integral como objetivo do Ensino Fundamental e, também, da Educação Infantil. Além disso, o PNE apresenta como meta, a ampliação progressiva da jornada escolar para um período de, pelo menos, 7 horas diárias, além de promover a participação das comunidades na gestão das escolas, incentivando o fortalecimento e a instituição de Conselhos Escolares.

O Novo Plano Nacional de Educação 2011-2020, proposto ao Congresso nacional brasileiro, em dezembro de 2010, avança em relação a seu antecessor: propõe como meta que 50% das escolas públicas, neste período, se caracterizem como escolas de educação integral.

A Lei n. 11.494/2007 que instituiu o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundeb) determinou um percentual *per capita* diferenciado para estudantes em educação integral. Nesse sentido, o decreto n. 6.253/07, ao assumir o estabelecido no Plano Nacional de Educação, definiu que se considera

educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares (art. 4º).

A ampliação da jornada escolar também integra as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, o qual prevê que a formação do estudante seja feita, além da escola, com a participação da família e da comunidade. O PDE tem cerca de 30 ações, que se subdividem em mais de 72 atividades, todas voltadas à melhoria da qualidade da Educação Básica.

Também em 2007, foi criado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto n. 6.094/07) cujo objetivo é produzir um conjunto de medidas específicas que visem à melhoria da qualidade da Educação Básica em cada território. Esse compromisso significa a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, na perspectiva da qualificação da Educação Básica.

O Plano tem como algumas de suas principais diretrizes: estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir; matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência; ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular; integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vistas ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola; transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar; firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando à melhoria da infraestrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas.

O Programa Mais Educação

Como parte e resultado desta trajetória foi instituído, pela Portaria Interministerial n.17/2007 de 24 de abril de 2007, o Programa Mais Educação criado com participação dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Configurando-se como estratégia para induzir a ampliação da jornada escolar e a reorganização curricular, na perspectiva da Educação Integral, conforme o Decreto 7.083 de 27 de janeiro de 2010, o Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública mediante oferta de Educação Básica em tempo integral.

Em processo de implementação, nos anos de 2008 e 2009, em 5.000 escolas estaduais e municipais de todos os estados da federação e do Distrito Federal, o Programa Mais Educação, coordenado pelo Ministério da Educação, busca recuperar o debate da educação integral no Brasil e ampliar suas

bases conceituais a partir da compreensão da necessidade da ampliação e qualificação de tempos, espaços e oportunidades educativas, na perspectiva de ações intersetoriais, da cidade como território educativo-educador, das relações entre escola e comunidade e da reorganização curricular a partir do encontro do currículo estabelecido com novas possibilidades formativas.

Essas escolas localizam-se em capitais e regiões metropolitanas e apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Além desses critérios, foram selecionadas escolas localizadas no território da Operação Arco Verde (Ministério do Meio Ambiente), nos municípios do entorno do Distrito Federal (pelos altos índices de violência contra a infância e a adolescência) e em municípios do estado do Rio de Janeiro (CIEPs). Além dessas, foram incluídas escolas que participam do Programa Mais Cultura e escolas integradas ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

No período de 2008 a 2010, foram atendidos pelo Programa 2.251.000 estudantes em 10.000 escolas públicas estaduais e municipais. Todas essas escolas apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (considerando aprendizagem e permanência na escola), o que caracteriza o Programa Mais Educação como ação de discriminação positiva em relação aos contextos de maior vulnerabilidade social e educacional nas capitais, regiões metropolitanas e cidades com mais de 90.000 habitantes. Para 2011 a previsão é de que o Programa alcance, além dessas, outras 5.000 escolas, chegando a um universo de três milhões de estudantes, em cidades com mais de 18.000 habitantes.

Na perspectiva de uma educação integral, o Programa Mais Educação também representa uma iniciativa para a construção da oferta de políticas públicas integradas. Desde sua instituição, busca-se o diálogo entre as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação, da Cultura, do Esporte, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Controladoria Geral da União (CGU) e da Presidência da República por meio da Secretaria da Juventude.

Do ponto de vista de sua gestão, destaca-se o objetivo de promover a intersectorialidade entre os campos de cultura e artes, esporte e lazer, sustentabilidade ambiental, direitos humanos, cultura digital, assistência social e de prevenção a situações de violação de direitos da criança e do adolescente, buscando-se uma inédita organização cooperativa e intersectorial do tempo educativo, em que se busca o diálogo

entre a escola e os demais equipamentos públicos (centros comunitários, bibliotecas, praças, museus e outros). Ressalta-se ainda a experiência de convergência com Ministério da Saúde, por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), para constituir territórios de responsabilidade entre escolas estaduais e municipais e equipes de Saúde da Família e com o Ministério do Esporte por meio do Programa Segundo Tempo (PST) como parte das atividades de esporte e lazer.

A organização do Programa Mais Educação no contexto da escola

A implementação do Programa Mais Educação preserva como característica principal o fomento de atividades que podem influenciar na qualificação dos efeitos do ambiente escolar, tendo presente os estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), por meio dos resultados da Prova Brasil de 2005 (MEC, 2007). Nesses estudos destaca-se o uso do “Índice de Efeito Escola (IEE)”, indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada. Por isso, certas escolas podem ser descritas como escolas que agregam mais a seus alunos do que outras de perfil socioeconômico semelhante; e certas situações em que o aprendizado pode ser atribuído ao relacionamento que as próprias escolas propiciam aos seus estudantes.

Objetivando colaborar para a organização de condições que podem propiciar este efeito escolar positivo, no âmbito do Programa Mais Educação, as atividades foram agrupadas nos macrocampos denominados: 1) Acompanhamento Pedagógico; 2) Educação Ambiental; 3) Esporte e Lazer; 4) Direitos Humanos; 5) Cultura e Artes; 6) Cultura Digital; 7) Prevenção e Promoção da saúde; 8) Comunicação e uso de mídias; 9) Investigação no campo das ciências da natureza e 10) Educação Econômica. Cada um dos macrocampos oferece um leque de atividades optativas¹⁹, que serão escolhidas pelas comunidades escolares

19 1-Acompanhamento pedagógico: Matemática, Letramento, Ciências, História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Línguas Estrangeiras; 2- Educação Ambiental: Com-Vidas/Agenda 21 na escola/educação para sustentabilidade, horta escolar e/ou comunitária; 3-Esporte e Lazer: recreação/lazer, voleibol, basquetebol, basquete de rua, futebol, futsal, handebol, tênis de mesa, judô, karatê, taekwondo, yoga, natação, xadrez tradicional, xadrez virtual; 4-Direitos Humanos e Cidadania: oficinas, vivência e reflexão de situações de defesa e afirmação x negação dos direitos humanos, trabalhos interdisciplinares, projetos articuladores, grupos de estudos e de teatro, oficinas de psicodrama, passeios temáticos, campanhas alusivas ao tema dos Direitos Humanos etc; 5-Cultura e Artes: leitura, banda fanfarra, canto coral, hip-hop, danças, teatro, pintura, grafite, desenho, escultura, percussão,

de acordo com suas necessidades, desejos e objetivos de seu projeto educativo.

Para o desenvolvimento destas atividades são repassados recursos para a unidade escolar, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), mecanismo que permite organização e participação da comunidade escolar por meio de processos decisórios e de acompanhamento de sua execução.

Na medida do efetivo exercício da ampliação da jornada para 7 horas diárias, os dados fornecidos pela escola ao Censo da Educação Básica, realizado anualmente pelo Inep, permitem o acesso, pelos sistemas de ensino, aos recursos do Fundeb designados às matrículas em tempo integral. Tal possibilidade caracteriza um dos principais aspectos da passagem do programa para a política pública que garanta sustentabilidade e continuidade às ações desencadeadas.

Por meio do Programa Mais Educação, o MEC oferece um ponto de partida para se retomar a formulação de uma política ampliadora dos tempos, espaços e oportunidades educativas oferecidas às novas gerações, sob o pressuposto do regime de colaboração com estados e municípios.

A preocupação com a sustentabilidade dessa formulação, em vista das experiências passadas que não sobreviveram aos governos, requer também o debate sobre o tema. Para fomentar o debate foi produzido o Texto de Referência para o Debate Nacional sobre Educação Integral, sob coordenação do MEC, por meio da constituição de um grupo de trabalho, integrado pela União Nacional de Dirigentes Municipais de Ensino (Undime), pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação (Consed), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por diversas universidades e organizações não governamentais (MEC, 2009-a), além de outros textos que enfocam a gestão intersetorial (MEC, 2009-b) e a organização de redes de saberes (MEC, 2009-c).

capoeira, flauta doce, cineclube, práticas circenses, mosaico, instrumentos de corda; 6-Cultura Digital: software educacional, informática e tecnologia da informação, ambiente de redes sociais; 7-Prevenção e promoção da saúde: alimentação escolar saudável, saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual; saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde, a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região; 8-Comunicação e uso de mídias: jornal escolar, rádio escolar, histórias em quadrinhos, fotografia, vídeo; 9- Investigação no campo das ciências da natureza: laboratórios, feiras e projetos científicos; 10- Educação Econômica: empreendedorismo, controle social e cidadania.

O desafio da formação de professores e monitores começou a ser enfrentado por meio da articulação, desde 2008, com universidades públicas que por meio de processos presenciais e da Universidade Aberta do Brasil tem realizado processos de formação continuada. Hoje são 41 universidades públicas implicadas nos processos de produção de conhecimento e formação, com estreitos vínculos com o cotidiano das escolas públicas do Programa Mais Educação.

Um aspecto estruturante da identidade do Programa Mais Educação é sua preocupação em ampliar a jornada escolar, modificando a rotina da escola, pois sem essa modificação pode-se incorrer em oferecer *mais* do *mesmo*. Esse aspecto refere-se ao esforço para contribuir no redimensionamento da organização seriada e rígida do tempo na vida da escola, contribuição essa reconhecida no conceito de uma cidade educadora. Esse conceito articula as relações entre cidade, comunidade, escola e os diferentes agentes educativos, de modo que a própria cidade se constitua como agente educativo.

As atividades do Programa Mais Educação abrem espaço para o trabalho dos profissionais da educação, educadores populares, estudantes e agentes culturais. Atualmente essas atividades são desenvolvidas por monitores, observando-se a Lei n. 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, preferencialmente, por estudantes universitários, com formação específica nos macrocampos e com habilidades reconhecidas pela comunidade. Reconhece-se a necessidade de um amplo diálogo sobre possíveis novos atores que entram em cena nesta ampliação da jornada escolar, a partir da centralidade da ação docente. Além disso, é preciso que se reconheça o período de transição que estamos atravessando: de uma escola de turnos com determinadas demandas em termos de profissionais da educação para uma escola integral em jornada ampliada com outras demandas nesse sentido. Tal processo exigirá esforços contínuos e tempo para sua realização.

A contrapartida dos sistemas de ensino é a designação de um professor com 40 horas semanais, dentre os docentes de cada escola, para exercer a função de *professor comunitário*, que irá coordenar a oferta e a execução das atividades de educação integral. Essa coordenação tem início com o mapeamento dos espaços da escola e da comunidade, verificando o que e como é possível desenvolver as atividades. Em diálogo com o Conselho Deliberativo da Escola, materializa-se a possibilidade concreta de construir o projeto político-pedagógico, tendo a educação integral como horizonte. Consideram-se as experiências que

já são vividas na escola, ampliando-se espaços para além do ambiente de sala de aula e ampliando-se saberes e práticas culturais para além dos conteúdos que representam os conhecimentos científicos.

Nesse sentido o Programa Mais Educação favorece a oferta de diferentes linguagens, de modo a valorizar as vivências das comunidades e com elas, contribuir para a qualificação do próprio ambiente escolar. Essas vivências muitas vezes referem-se à organização de atividades para abertura das escolas aos finais de semana, financiadas pelo próprio Governo Federal, por meio do Programa Escola Aberta, por atividades que a escola realiza por meio de parcerias estabelecidas com instituições externas à comunidade, da celebração de datas comemorativas, dos grupos de teatro, de apresentações culturais diversas, de grupos que utilizam o espaço da escola para práticas esportivas, encontros de grupos, auxílio na realização das tarefas escolares, palestras e assim, por diante.

Em vista da valorização das atividades que as escolas já realizam o Programa Mais Educação cuida da valorização dos arranjos socioeducativos locais, por meio da composição dos Comitês Locais do Programa Mais Educação. Esses comitês são formados a partir da interação dos dirigentes das diferentes secretarias de educação que integram a região metropolitana com o protagonismo dos integrantes das escolas e das comunidades.

A necessidade de acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, zelar pela frequência, pelo aprendizado e pela superação das dificuldades passa pela transformação da escola em um ambiente enriquecedor e atrativo para crianças, adolescentes e jovens. O Programa Mais Educação propõe-se como ação indutora e instrumento operacionalizador de políticas continuadas e sustentáveis de educação integral em tempo integral, na perspectiva deste diálogo.

A Rede Latino-Americana de Lazer, Esporte e Educação pode dar importante contribuição para a consolidação desta agenda pública, sobretudo pelas reflexões em torno da convergência de ações, projetos e programas que tenham foco nos processos de inclusão e desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens para os quais as oportunidades formativas precisam ser continuadas, acompanhadas e de longo prazo.

Para a escola pública, laica e de qualidade podem convergir esforços intersetoriais que alarguem os territórios

formativos, comprometendo a todas com a educação das novas gerações.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

GUARÁ, Isa. *É imprescindível educar integralmente*. Cadernos CENPEC. N 2, 2º semestre, p.15-24, 2006.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MEC; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Aprova Brasil: o direito de aprender: boas práticas em escolas públicas avaliadas pela Prova Brasil*. 2. ed. – Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2007.

_____. *Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira – Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil*. Brasília, 2009.

_____. *Educação integral - Texto-referência para o debate Nacional*. Brasília, 2009-a.

_____. *Programa Mais Educação - Gestão Intersetorial no território*. Brasília, 2009-b.

_____. *Rede de saberes Mais Educação – Pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral*. Brasília, 2009-c.

MOLL, Jaqueline. *Da crise da escola e de seu re(encontro) com a vida*. Jornada de Educação Popular: pelo encontro da escola com a vida. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.59-69, 2007.

_____. *Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Um paradigma contemporâneo para a educação integral*. Porto Alegre, Revista pedagógica Pátio, Artmed, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *Testemunho*. Rio de Janeiro/Brasília. Editora Apicuri/Editora da UNB, 2009.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1997.

SUGESTÕES TECNOLÓGICAS PARA A REDE LATINO-AMERICANA DE POLÍTICAS INTEGRADAS DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ²⁰

Natacha Costa

A associação “Aprendiz” é uma organização não governamental que atua em São Paulo há 13 anos e trabalha a partir do conceito de “bairro escola”, na perspectiva da construção de arranjos educativos locais (identificação e articulação dos potenciais locais das comunidades), que garantam condições para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Sua proposta considera a cidade como um espaço educativo. Então, entende que a educação acontece na vida cotidiana e que precisa articular diferentes instâncias e setores. O conceito que norteia todo o trabalho da organização é o bairro-escola.

No bairro-escola, o lazer, os esportes, a cultura se constituem em espaços, tempos, instituições que devem se articular em torno da educação e do desenvolvimento das crianças e adolescentes. Para isso, precisamos agir além dos muros da escola, além das especificidades de cada instituição e trabalhar em rede.

Quando falamos em arranjos educativos locais, estamos nos referindo a articulação entre a sociedade civil organizada, empresas, instituições locais que representem o poder público, comunidades escolares, meios de comunicação em torno da construção de um projeto pedagógico local.

Nesse processo de articulação comunitária precisam ser mantidos fluxos comunicativos de modo que informações de interesse local das comunidades possam estar na pauta dessas comunidades, que essas informações possam chegar até

20 Natacha Costa é diretora geral da Associação Cidade Escola Aprendiz – São Paulo – Brasil.

as pessoas, possam ser produzidas por elas e, de fato, alimentar a construção do sentido de pertencimento e dos processos de decisão das populações nos locais onde elas habitam.

Assim, parte das estratégias que usamos é baseada na questão de como as mídias digitais podem se tornar instrumentos na construção de redes locais. A indagação que nos orienta é: como podemos usar as novas mídias e todos os recursos tecnológicos que estão disponíveis hoje para fortalecer as redes locais, nos bairros, nas regiões e nas cidades?

Daí, surgiu um projeto pedagógico que nasceu do “Catraca Livre”: o “Palco Digital”. O “Catraca Livre” é um web site criado a partir da percepção de que São Paulo é uma cidade que oferece uma série de recursos culturais gratuitos ou de baixíssimo custo e essa informação não se encontrava organizada em um lugar. Ele é desenvolvido numa plataforma de software livre, em *wordpress*, e consolida a informação de toda a cidade. Tudo o que acontece em São Paulo, pode ser encontrado no site. Você tem a agenda da cidade, experiências desenvolvidas, cursos e oficinas que são oferecidos, enfim, uma série de informações ligadas ao que a cidade tem produzido na área da cultura e o que existe de oportunidades culturais na cidade.

O “Catraca Livre” ganhou uma grande repercussão porque, além de ser veiculado pela internet, é também divulgado pelo rádio e no metrô. Com isso, uma série de pessoas começou a acessá-lo e nós percebermos que existia uma demanda real por essa informação. O acesso é muito grande.

O desafio seguinte foi transformar o “Catraca Livre”, que é uma plataforma para toda a cidade de São Paulo, num instrumento e uma ferramenta pedagógica de articulação de microterritórios. Como usar a lógica do “Catraca Livre” trabalhando na perspectiva das microcomunidades? Trabalhando com os jovens como agentes da produção desse conteúdo inclusivo.

Assim, baseado no “Catraca Livre” o “Palco Digital” está sendo criado pelo “Aprendiz”, em parceria com o “Faça Parte” e com o próprio “Catraca Livre”. Contamos com o apoio do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, que valorizam a possibilidade de fortalecermos a articulação entre educação e cultura.

E como funciona o “Palco Digital”? Na verdade, ele é uma plataforma muito simples. A ideia é que comunidades e escolas se sintam mobilizadas a criar seus próprios *blogs*,

wordpress, não exigindo grande desenvolvimento de sites nem uma grande estrutura para seu funcionamento.

A proposta é que as diferentes escolas e comunidades possam aprender a acessar o “Palco Digital”, conhecer como funciona a produção do conteúdo e como elas podem produzir blogs sobre suas comunidades. Existe no site do “Palco Digital”, um passo a passo técnico para a criação do *blog*.

Partindo da mesma ideia de que a cidade é um espaço de aprendizagem, a internet é um grande espaço de aprendizagem que oferece uma série de recursos que podem ser articulados aos processos educativos. O “Palco Digital” tenta consolidar essas informações, dando suporte a produção das escolas, dos estudantes e das comunidades.

É importante destacar que o “Palco Digital” é uma possibilidade de fomentarmos *blogs* criados nas escolas, nas instituições, nas comunidades, que possam ser cadastrados, alimentados e conectados entre si. A perspectiva é a criação de um grande mapa, em que nos diversos Estados possamos ter *blogs* com conteúdos produzidos localmente e viabilizados por todos.

Um exemplo disso foi a criação, na Vila Madalena, do “Vila Mundo” dentro do “Palco Digital”. O “Vila Mundo” foi criado na perspectiva de experimentarmos como é que um “Ponto de Cultura”, programa do Ministério da Cultura, pode ser produtor de informação e ao mesmo tempo um facilitador do acesso da comunidade local e, em especial, das escolas, em relação ao que a Vila Madalena produz. Estamos fazendo outro caminho, que é o caminho do “Ponto de Cultura” em direção às escolas e outras instituições.

Uma das áreas do “Vila Mundo” tem como foco a cobertura de iniciativas culturais do território. Uma delas é a mostra da comunidade Mangue, muito tradicional na Vila Madalena, a “Mangue Cultural”. Neste ano, a comunidade organizou uma mostra maravilhosa, com fotografias, intervenções artísticas, exposições de personagens da Vila Madalena (o barbeiro, o catador de papel, o “cara do boteco” que todos conhecem, enfim, personagens do bairro, que deram uma cara própria à exposição artística) e outras atividades que mobilizaram centenas de pessoas da comunidade.

Outra área interessante é a seção “Eu Indico”, onde pessoas da Vila Madalena indicam artistas, exposições, livros, autores que lhes interessam.

Nessa perspectiva a ideia central do “Vila Mundo”

é mostrar que é possível transformar o bairro em uma comunidade de aprendizagem quando viabilizamos os saberes das pessoas e os conectamos. Isso é o bairro-escola.

FIGURA 1 – ASSOCIAÇÃO APRENDIZ



O CEDOC DE SÃO PAULO

Ana Maria Rodrigues Carvas da Costa Monteiro²¹

A missão da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) da cidade de São Paulo é formular políticas públicas, fomentar e apoiar projetos e ações que incorporem o esporte, o lazer, as atividades físicas nos hábitos saudáveis da população paulistana. Para isso, no art. 2º do Decreto 49.799/2008, que reorganizou a Secretaria, está enfatizado, em seu inciso VI a importância da produção, organização e difusão de conhecimentos científicos de esporte, lazer e recreação junto aos segmentos organizados para a elaboração de políticas específicas.

Esta é também a referência básica do Centro de Documentação e Biblioteca (CEDOC) da SEME de São Paulo, que se baseia nos objetivos de organismos que regem o esporte tal como na Política Nacional de Esporte (2005), e na Conferência Nacional do Esporte. Conferência que em sua terceira edição, realizada em 2010, aprovou, dentre as suas ações, a linha estratégica da “Ciência, Tecnologia e Inovação”. Nessa linha apresentou como metas: a promoção da gestão do conhecimento e da informação de esporte e lazer; a implantação de centros de documentação e informação e bibliotecas digitais de livre acesso em todo país; e a criação de um fundo setorial de esporte para financiar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, tendo em vista a ampliação do apoio e fomento a pesquisas para qualificação de políticas de esporte e lazer.

Nesse sentido, o desafio de São Paulo, como uma cidade com elevada diversidade cultural e uma grande população, é colocar os talentos e o conhecimento gerado no espaço urbano a serviço da interação entre as pessoas, especialmente de quem faz uso da informação esportiva e de lazer: gerentes, especialistas, pesquisadores, professores e técnicos de educação física, treinadores, órgãos de comunicação social, o público em geral, cada um com sua demanda de um tipo de informação

21 Ana Maria Rodrigues Carvas da Costa Monteiro é do Cedoc da Seme/São Paulo – Brasil.

com finalidades específicas. Também fazem uso da informação esportiva e de lazer as instituições e organizações que produzem essas informações, como o Ministério do Esporte, secretarias de Estados e de Municípios, faculdades, conselhos regionais, comitês olímpicos, dentre muitos outros.

Para atender a esses desafios o CEDOC, que iniciou suas atividades em fevereiro de 1980, tem como objetivos identificar, processar, organizar, armazenar, disseminar e divulgar a informação e o conhecimento da SEME de São Paulo, disponibilizando-os de forma clara, sucinta, precisa e rápida. São organizados dados relativos aos equipamentos, programas, projetos, publicações, reuniões, além de desenvolver ações ligadas à gestão informacional e gestão do conhecimento sistematizado. Com isso, o CEDOC passou a ser um dos suportes informacionais para as decisões da SEME. Desde 2001, o CEDOC está inscrito no Conselho Regional de Biblioteconomia de São Paulo e no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Na área de gestão informacional este centro de documentação, salienta a identificação, solução, digitalização, armazenamento, tratamento, recuperação e técnicas de busca. Ainda nesta área, dentro da SEME, entendemos que é incumbência do centro de documentação estabelecer a comunicação com todos os integrantes da Secretaria: coordenadorias, assessorias, gabinete, unidades, instituições afins e demais bibliotecas. Dentre as atividades realizadas, listamos: formação e desenvolvimento das coleções; tratamento técnico do acervo; atendimento ao público e desenvolvimento de produtos e serviços. O acervo é composto por livros, teses, debates, CDs, DVDs, pastas, caixas, fotos, tanto em formato tradicional como digital.

A gestão do conhecimento, desenvolvida no CEDOC, objetiva proteger e valorizar o capital intelectual, prover informação relevante, identificar quem sabe o quê, reutilizar soluções, melhorar o processo de inovação, disseminar conhecimento externo, aumentar o grau de colaboração. Além disso, são geradas bases de dados, buscando registrar, tratar, armazenar e recuperar, rapidamente diversos tipos de informação e documentos disponíveis e preservar a memória organizacional.

Entre as ações de gestão do conhecimento do CEDOC destacamos:

- *Base de dados*: criada e desenvolvida com o objetivo de

registrar, tratar, armazenar e recuperar diversos tipos de informação e documentos, preservando a memória organizacional;

- *Página na internet*: desenvolvida dentro do site da SEME com vários recursos de informação: (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/biblioteca/>);

- *Clipping eletrônico*: que reúne as notícias diárias (nacionais e internacionais) no mundo do esporte, gerando banco de dados por assunto: (<http://www4.prefeitura.sp.gov.br/semebiblioteca/clipping/C20100824.asp>);

- *Sistematização da produção técnica e científica da SEME*: (<http://www4.prefeitura.sp.gov.br/semebiblioteca/producaocientifica/>);

- *CEDOC-linka*: informativo eletrônico em Blog: (<http://cedo-linka.blogspot.com/>);

- *Organização do evento*: Encontro de Gestão da Informação e do Conhecimento em Acervos Esportivos no estado de São Paulo, em 2010, em sua terceira edição;

- *Revista Eletrônica CEDOC/SEME*: (<http://www.revistacedocseme.prefeitura.sp.gov.br>);

- *Coleção SEME-Pub*: resgata memória institucional;

- *Reuniões das 7*: resgate intelectual e participativo de reuniões da SEME;

- *Exposição permanente do esporte*: a partir do acervo do CEDOC criamos temas para as exposições;

- *Cursos*: para desenvolver habilidades informacionais (foco no CEDOC) dos funcionários da SEME;

- *Agenda cultural esportiva anual*: que reúne programações de conferências, vídeo-conferências, shows, apresentações de vídeos, palestras, etc;

- *Estação multimídia em sala*: para otimização do acesso do público ao acervo multimídia com consultas e exibições agendadas.

FIGURA 2 – CEDOC – SEME – SP



Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/biblioteca/>

A REDE BIBLIOSUS E A AÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Eliane Pereira dos Santos*²²
*Shirlei Rodrigues Gonçalves*²³

Os componentes informação, conhecimento e comunicação no Ministério da Saúde são concebidos como elementos transversais no programa Mais Saúde. A agenda estratégica norteadora de suas ações é contribuir para a melhoria da saúde e da qualidade de vida do cidadão e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Devido às características de suas atribuições, o Ministério da Saúde possui uma estrutura complexa, ampla e multidisciplinar e esses componentes podem ser encontrados nas áreas técnicas, como por exemplo, na Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), que tem o papel de formular políticas de formação e qualificação dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) e por meio da informação, garantir a atualização dos profissionais do setor saúde. Outras secretarias e instituições vinculadas, especialmente as que têm como objetivo o desenvolvimento e o incentivo à pesquisa, também produzem conhecimento em larga escala, principalmente quando executam suas atividades e elaboram políticas na área da saúde.

A Secretaria Executiva, por meio da Coordenação Geral de Documentação e Informação (CGDI/SAA), tem o papel de gerir e disseminar a informação e o conhecimento em saúde produzidos pelo ministério. Desde a criação da CGDI²⁴, em 2000, o ministério tem trabalhado no reconhecimento da informação e do conhecimento em saúde como bens públicos e da memória da saúde pública como um patrimônio cultural da sociedade brasileira.

Dessa forma, as ações desenvolvidas visam promover

22 Coordenadora Geral de Documentação e Informação (CGDI/SAA/SE/Ministério da Saúde). cgdi@saude.gov.br

23 Coordenadora da Biblioteca MS [Biblioteca/CGDI/SAA/SE/Ministério da Saúde. biblioteca@saude.gov.br

24 BRASIL. Decreto nº 3.496, de 1º de junho de 2000. *Diário Oficial da União*, 2 de junho de 2000, Seção 1, nº 106, p. 30.

a gestão da documentação e informação do ministério, fomentando a produção do conhecimento em saúde e o acesso à informação, garantindo o acesso público e democrático à informação pública e favorecendo a participação e o controle social, em estreito alinhamento com a agenda estratégica institucional.

Esse alinhamento mostra a importância das políticas integradas entre as áreas, em consonância com as políticas de governo, envolvendo Organizações não governamentais e outros agentes que atuam na área da saúde. A partir desse entrosamento, espera-se fortalecer o trabalho em rede e ampliar o alcance da informação e a integração dos serviços de atendimento às necessidades de saúde dos cidadãos.

Quando se observam as atividades do SUS e suas características fundamentais – um sistema universal, descentralizado e regionalizado – que busca trabalhar com integralidade, equidade e, principalmente, participação social, percebe-se que o foco no trabalho em rede é o método mais apropriado para obter resultados positivos. As três principais redes em que a CGDI atua são: Rede BiblioSUS, Rede ePORTUGUÊSe e Rede BVS.

OBJETIVOS PRINCIPAIS DA REDE BIBLIOSUS

A Rede de Bibliotecas e Unidades Informação Cooperantes da Saúde – Brasil (Rede BiblioSUS) tem o objetivo de ampliar e democratizar o acesso às informações em saúde pública, disseminadas por meio do modelo Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e da distribuição da produção editorial do Ministério da Saúde, com economia de recursos, multiplicidade de opções bibliográficas e eficácia de resultados.

O desafio é consolidar a participação das unidades de informação e instituições do Sistema Único de Saúde, bem como garantir representatividade do conhecimento institucional em bases de dados bibliográficas especializadas, com o objetivo de democratizar o acesso equitativo a informações em saúde e fortalecer o controle social no âmbito do SUS, incentivando a educação continuada de profissionais para gestão da informação na área.

No escopo de atuação da rede BiblioSUS, atualmente com 1,6 mil unidades cadastradas, destaca-se a base de dados “ColecionaSUS – Coleção Nacional das Fontes de Informação do SUS”, que se propõe a ser o repositório de todo o conhecimento produzido pelo SUS, nas esferas municipal,

estadual e federal. Em nível nacional e internacional, conta com a parceria estabelecida entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), por meio do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). O objetivo é compartilhar tecnologias e metodologias no Brasil e na América Latina e Caribe.

Diante das demandas e da amplitude de ações do SUS e do Ministério da Saúde, a rede BiblioSUS escolheu três dimensões prioritárias para atuar: (1) o controle bibliográfico da produção de conhecimentos e organização da produção em bases de dados, com textos completos, preferencialmente, tornando-os disponíveis a todos os cidadãos; (2) a qualificação da difusão e distribuição editorial; e (3) a alimentação da base de dados.

Com foco na primeira dimensão, instituiu-se uma política editorial e criaram-se glossários temáticos, que podem auxiliar na construção, organização e difusão desse conhecimento. Essa estratégia foi necessária diante da significativa produção bibliográfica e legislativa do SUS, que precisa ser disseminada, e da baixa representatividade das publicações técnicas e científicas nas bases de dados institucionais.

A segunda dimensão de atuação da BiblioSUS diz respeito à difusão da informação, buscando ampliar a distribuição e a diversificação dos produtos informacionais e proporcionando o amplo acesso ao conhecimento produzido. Para o fomento à disseminação da informação sobre saúde, utilizam-se ferramentas como a Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS - MS), implantada no ano de 2000, e o Sistema de Legislação em Saúde, o Saúde Legis.

A terceira dimensão é a valorização das unidades de informação, por meio da estruturação de bibliotecas, da atualização profissional e de tecnologias e das metodologias de trabalho. Na área da saúde, há a necessidade de a informação científica ser traduzida para uma linguagem de fácil compreensão pelos cidadãos. Como o SUS é universal e gratuito, todos os brasileiros são seus potenciais usuários, com os quais é imprescindível estabelecer uma comunicação eficaz.

Outra iniciativa exitosa da rede, e que conta com a parceria da BIREME, são as Estações BVS. Essa é outra forma de democratização do acesso à informação. A iniciativa do Ministério da Saúde busca democratizar o acesso às fontes

de informação no campo da saúde pública. O usuário pode navegar por mais de 19 milhões de referências disponíveis na BVS. A Estação BVS funciona por meio de computadores integrados pela internet, que proporcionam acesso livre à literatura gerada pelas instituições federais do SUS e o setor acadêmico.

Ressalta-se ainda o projeto Espaços de Informação, que está em processo de implementação, cujo objetivo é criar uma biblioteca em cada núcleo estadual do Ministério da Saúde.

O TRABALHO EM REDE NA COOPERAÇÃO SUL-SUL

No cenário internacional, a atuação se dá de modo integrado à Organização Mundial de Saúde (OMS), por meio da Rede ePORTUGUÊSe, desenvolvendo projetos com os países de língua portuguesa. Nesse contexto, destaca-se a iniciativa Biblioteca Azul, com a qual o Ministério da Saúde contribui, semestralmente, fornecendo publicações de interesse dos países que receberão as bibliotecas. São manuais e publicações técnicas e de laboratório, que tratam de temas básicos em saúde, comuns ao Brasil e aos países destinatários.

A Biblioteca Azul é uma caixa de metal azul, contendo publicações enviadas pelo Ministério da Saúde do Brasil e de Portugal, bem como por outras instituições parceiras, que são organizadas na sede da OMS, em Genebra (Suíça) e distribuídas em locais mais estratégicos nos países da CPLP. Essas bibliotecas se consolidam como instrumento indispensável para que profissionais de saúde que atuam no interior de países africanos consigam informação atualizada.

Pactuado por meio de um Memorando de Entendimento, assinado entre o Ministro da Saúde do Brasil e OMS, a participação na Rede tem se consolidado como uma das atividades de cooperação internacional do Ministério da Saúde, principalmente no âmbito da cooperação sul-sul.

Na parceria com a OPAS, por meio da BIREME, destacam-se a criação da BVS Brasil, precedida pela primeira iniciativa institucional do Modelo BVS na América Latina e Caribe; a BVS do Ministério da Saúde e a BVS Saúde Pública, integrando os países da América Latina pela parceria com a BIREME e difundindo informação sobre todas as publicações brasileiras, tanto de legislação como técnico-científicas.

Outra linha de trabalho é o Projeto Acessibilidade, desenvolvido na Biblioteca do MS. A proposta é adequar

o espaço físico, com a instalação de piso tátil e balcão de atendimento voltados às necessidades das pessoas com deficiência. Também se trabalha na adequação da BVS MS aos critérios de acessibilidade definidos pela legislação brasileira e na instalação de equipamentos específicos para auxiliar os deficientes visuais na leitura de documentos.

FIGURA 3 – BIBLIOSUS



POLÍTICAS PÚBLICAS, CONHECIMENTO E DOCUMENTAÇÃO EM ESPORTE E LAZER: REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA REDE CEDES

Rodrigo Duarte Ferrari; Ari Lazzarotti Filho; Kathia Regina Lemos Juca; Giovani De Lorenzi Pires²⁵

No campo das políticas públicas em Educação Física, esporte e lazer, incluídos gestores e formadores, um dos aspectos ainda pouco valorizados é a gestão da informação e do conhecimento, a documentação esportiva e científica. O registro adequado e a garantia de acesso ao conhecimento produzido na área podem representar importante fator para o aperfeiçoamento das políticas de gestão e de formação do setor.

Com o advento das novas tecnologias digitais de comunicação, as políticas públicas deste e demais campos do conhecimento passam a contar com novas e eficientes ferramentas para suprir tais demandas acadêmicas e sociais. Uma delas são os repositórios digitais, recurso tecnológico que se situa entre as bibliotecas digitais e os periódicos online, diferenciando-se de ambos por características muito próprias.

Na Ciência da Informação, o repositório é utilizado como sinônimo de coleção, repertório, compilação, conjunto de informações. O verbete “repositório” aparece no Dicionário de Terminologia Arquivística como depósito, ação pela qual há colocação de documentos sob a custódia de uma instituição arquivística.²⁶

O suporte tecnológico do Repositório é um software livre, ou seja, de código fonte aberto sob licença GNU/GPL General Public License (Licença Pública Geral - disponível em: <http://gnu.org/>). Os princípios orientadores do projeto são a interoperabilidade técnica e a ação colaborativa dos pesquisadores e coordenadores dos projetos, responsáveis pelo

25 Texto elaborado por Rodrigo Duarte Ferrari (PPGEF/UFSC e LaboMídia/UFSC); Ari Lazzarotti Filho (PPPEF/UFSC e Prof. Dr. Faculdade de Educação Física/UFG); Kathia Regina Lemos Juca (SETIC/NPD/UFSC); Giovani De Lorenzi Pires (Prof. Dr. PPGEF/UFSC e LaboMídia/UFSC)

26 CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Imprensa Oficial e AARQ-SP, 1996.

autoarquivamento da produção científica oriunda de suas pesquisas, o que será melhor explicado na sequência do texto.

No Brasil, é preciso fazer uma referência importante ao papel assumido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT), que passou a traduzir, customizar e disponibilizar esses softwares ou de sistemas para a comunidade acadêmica e ainda a incentivar a sua adoção dos mesmos via capacitação técnica dos seus gestores. Somado a essas iniciativas, a instituição publicou um edital, em 2009, para doação de servidores de internet com três softwares livres já instalados: o SEER (revistas eletrônicas), o SOAC (gestão de eventos) e o DSpace, esse último, um sistema utilizado em mais de 750 repositórios em todo o mundo (disponível em: <http://duraspace.org/technologies.php>). O DSpace foi desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) em parceria com a *Hewlett-Packard* (HP), porém, atualmente está a sob responsabilidade de uma fundação denominada *DuraSpace* disponível em: <http://duraspace.org>.

O sistema possui as características de serem autossustentáveis, baseados, especialmente, no autoarquivamento da produção científica (descrição padronizada dos metadados e o *upload* do arquivo em PDF ou outro formato de texto) e fornecem interoperabilidade entre os diferentes sistemas e o acesso livre para todos os interessados em pesquisar e baixar arquivos da produção científica²⁷.

Essas características são operacionalizadas pela captura, armazenamento, indexação, preservação e distribuição do material de pesquisa digital na internet. A arquitetura do sistema faz a gestão tanto do conteúdo quanto dos metadados, permitindo a interoperabilidade desses sistemas que utilizam o OAI-PMH para o recolhimento e indexação de metadados.

Outra característica dos repositórios digitais que operam nesta lógica de acesso aberto à informação é a “interoperabilidade humana”, isto é, o incentivo à construção colaborativa do seu acervo, através dos processos de autoarquivamento pelos membros que compõem as comunidades de determinada instituição ou temática. Etapa que depende do envolvimento de tal comunidade, que deve compreender os benefícios individuais e coletivos dessas práticas, no âmbito do movimento mundial do acesso aberto e

27 WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. *Em Questão*. Porto Alegre: v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006.

democratização da informação e do conhecimento.

Com essa breve contextualização, apresentamos o Repositório Institucional da Rede CEDES.

A Rede CEDES é uma ação programática do Ministério do Esporte, sob a responsabilidade do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, integrante da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer. CEDES é a sigla que representa os Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer. Foi criada no ano de 2003, no início do primeiro governo Lula, integrando o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). A Rede CEDES se integra também, como uma das suas atividades, ao Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (Cedime).

Essa rede é operacionalizada por meio de convênios e parcerias estabelecidas pelo ME com Instituições de Ensino Superior públicas e privadas sem fins lucrativos (comunitárias e confessionais), que são incentivadas a produzir e difundir conhecimentos voltados para o aperfeiçoamento e a qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Além de pesquisas financiadas, definidas por demanda ou indução, a Rede CEDES apoia e distribui publicações científicas, auxilia na promoção de eventos, na instalação de centros de memória e outras ações. Essa se funda no estabelecimento de ações de cooperação e intercâmbio, que viabilizam e incentivam a comunicação dos grupos de pesquisa e centros de informação e documentação, num processo de capilarização que a operação em rede proporciona.

Entre as diretrizes da Rede CEDES, podemos citar: o fomento a estudos sobre políticas públicas do esporte e do lazer, visando a produção de conhecimento que resulte no aperfeiçoamento da gestão de programas e na formação de agentes neste campo; a difusão do conhecimento produzido, por diferentes meios, suportes e instâncias, visando a democratização do acesso à informação em esporte recreativo e lazer; a promoção de intercâmbios, encontros e ações cooperativas entre grupos e pesquisadores, gestores e agentes de esporte e lazer na comunidade

Para termos uma medida da dimensão da Rede CEDES podemos consultar o site do Ministério do Esporte: (www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp).

As pesquisas que compõem a Rede CEDES orientam-se em nove linhas temáticas, a saber:

1. Memória do esporte e do lazer;
2. Perfil do esporte e lazer de estados, Distrito Federal e municípios brasileiros;
3. Programas integrados de esporte e lazer;
4. Desenvolvimento de programas sociais de esporte e de lazer;
5. Observatório do esporte;
6. Gestão de esporte e de lazer;
7. Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer;
8. Infraestrutura de esporte e de lazer;
9. Sistema Nacional de Esporte e Lazer

Com os números apresentados e a diversidade das abordagens incentivadas por essas linhas temáticas já referidas, pode-se ter uma ligeira ideia da amplitude e da riqueza da produção das pesquisas da Rede. Isso fica representado, entre outras formas, pela publicação de vários livros, capítulos de livros, artigos em periódicos científicos e textos em anais de eventos acadêmicos, veiculados em meio impresso e digital.

Também é possível deduzir que, pela ampla distribuição geográfica dos grupos de pesquisa, pelas diferenças de estágios de desenvolvimentos destes grupos e, sobretudo, pelos variados suportes e meios utilizados para a veiculação de toda essa produção (impressos, CD-ROM, anais online, páginas dos grupos, etc.), há grande dificuldade, tanto para o ME, quanto para gestores, formadores e agentes de esporte e lazer - e até para os próprios pesquisadores - em acessar e fazer uso desses conhecimentos. A página da Rede CEDES, no portal do Ministério do Esporte, tem buscado disponibilizar muitas dessas produções, mas há dificuldades de ordem técnica e operacional para isso.

Em vista disso, a partir de 2009, o DCTEC implantou uma política de gestão do conhecimento, que resultou, entre outras ações, na proposta de criação do Repositório Institucional da Rede CEDES, em parceria com o Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva da Universidade Federal de Santa Catarina (LaboMídia/UFSC) e o apoio técnico do Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC/UFSC).

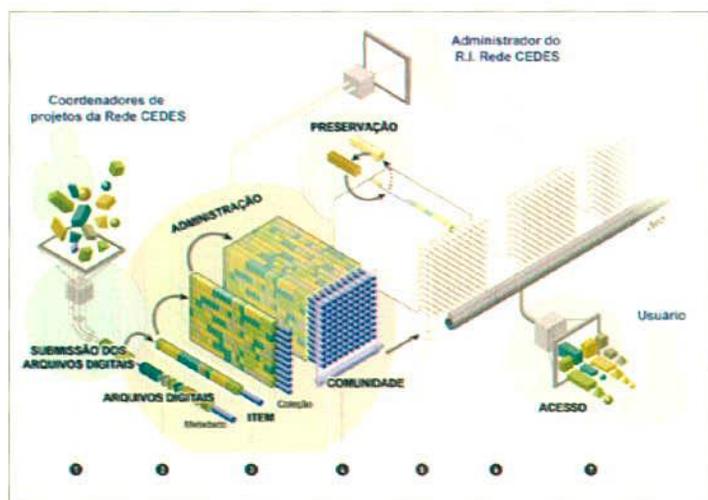
A política de gestão do conhecimento proposta pelo DCTEC procura garantir, entre outras coisas: 1) a preservação e a organização dessa produção; 2) a sua distribuição mais

equilibrada e menos dispendiosa; 3) o seu uso como “matéria-prima” para as ações de gestores, formadores e agentes de esporte e lazer (PELC); 4) e também como fonte de consulta para a formação profissional (p.ex.: em Educação Física).

Uma parceria foi instituída entre o DCTEC e o LaboMídia/UFSC, que ficou responsável pela concepção, criação e administração do R. I. de rede CEDES. A proposta foi oficializada e apoiada pelos pesquisadores da rede em uma reunião em Brasília, em fevereiro de 2009. Após inúmeras negociações e decisões administrativas, os recursos financeiros foram aprovados pela SNDEL. Após esse momento foi adquirido um servidor (fabricado pela *Hewlett-Packard* (HP), modelo Servidor Proliant ML350 G5 SBUY XEON Quad Core 5410 2.33GHz) e contratado um bolsista do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Física (PPGEF) da UFSC. O projeto conta ainda com a consultoria de um doutorando do mesmo PPGEF/UFSC e de uma desenvolvedora de sistemas do SetIC/UFSC.

O servidor foi instalado no dia 28 de agosto, com isso iniciamos as pesquisas e testes operacionais. Foi um longo processo de apropriação, estudos técnicos, conceituais, definição de normas e políticas. Por fim, a lógica de funcionamento foi estabelecida da seguinte forma:

FIGURA 2 - ESTRUTURA DE FUNCIONALIDADE DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA REDE CEDES



Disponível em: <http://www.dspace.org/images/stories/dspace-diagram.pdf>; adaptado por Rodrigo Ferrari (2010).

1. Processos de submissão dos arquivos digitais. Os coordenadores de projetos da Rede CEDES deverão submeter seus respectivos relatórios ou resumos de pesquisas, assim como outras produções vinculadas ao projeto, como livros, artigos em periódicos, etc.
2. Arquivos digitais em processo de submissão, que são organizados em locais específicos, junto com informações referentes a esses arquivos (metadados).
3. Um Item é um arquivo digital e suas informações que o descrevem, metadados. Isso possibilita a indexação dos metadados e recuperação nos sistemas de busca na internet. Esses Itens são organizados de forma lógica em coleções. Que nesse caso são: a) Produções (sigla da universidade); e b) Projetos (sigla da universidade).
4. Uma comunidade é o nível hierárquico mais alto da estrutura do sistema. Nesse caso é a Rede CEDES. Elas foram divididas em subcomunidades, universidades onde existem projetos financiados pela rede. Por exemplo: subcomunidade da Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Arquitetura modular do DSpace, que permite a criação dos repositórios temáticos e institucionais.
6. Funcionalidades de preservação dos arquivos digitais em diferentes formatos.
7. Interface na internet do usuário final que possibilita o autoarquivamento, a recuperação, visualização e download dos arquivos digitais.

O Repositório Institucional da Rede CEDES (R.I. Rede CEDES) pode ser acessado no endereço <http://www.labomidia.ufsc.br/redecedes/> ou pelo link do Repositório no portal do Ministério do Esporte (<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/default.jsp>).

A versão que está sendo utilizada é a 1.6.2 (*The DuraSpace Foundation*, 2010), num servidor com sistema operacional UNIX-like, ferramentas como o Apache Maven e banco de dados PostgreSQL, configurados de acordo com as instruções contidas no manual da fundação *DuraSpace* 2010. A interface gráfica de acesso para o usuário é a Manakin 1.1 (XMLUI), que foi customizada a partir do modelo que já vêm pré-configurado com o pacote de instalação do DSpace 1.6.2. A definição da interface gráfica se baseou em critérios estéticos e funcionais, guiados pelo objetivo de facilitar a navegabilidade

e tornar a permanência do usuário no sistema, a mais agradável possível. Outro aspecto foi o respeito a identidade visual da Rede CEDES, por meio da utilização das cores e elementos gráficos da logomarca dessa ação do DCTEC/SNDEL/ME.

O Repositório Institucional da Rede CEDES foi lançado oficialmente no dia 19 de junho de 2010, no *I Seminário Latino-Americano de políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação: Consolidando uma Rede de Produção de Conhecimento, Formação e Informação*. Até o dia 26 de novembro de 2010, o repositório armazena 93 objetos digitais, alguns submetidos pelos administradores do sistema e outros por coordenadores da rede. A próxima fase do projeto é ampliar o povoamento e a visibilidade do sistema por meio do autoarquivamento e definição de outras estratégias em fase de elaboração.

A recuperação dos documentos armazenados pode ser realizadas por diferentes entradas: por instituição (subcomunidade), por projeto ou produto, por título, autor, assunto ou expressões livres. Ainda faltam melhorias no sistema, porém essas podem ser realizadas em paralelo ao funcionamento do mesmo sem interferir na qualidade e eficiência do serviço.

Enfim, o desafio atual pode ser sintetizado por meio da seguinte metáfora: “interoperabilidade humana”. Para isso é preciso ficar claro que a adoção e o uso efetivo das funcionalidades de um repositório institucional podem resultar em uma série de benefícios para pesquisadores, administradores, bibliotecários, enfim, a universidade como um todo, a comunidade científica, além de outros formadores e gestores atuantes nas áreas temáticas de que tratam os repositórios.

ANEXO: PROGRAMAÇÃO DO I SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO

DIA 16/06/2010

1º Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação:
Consolidando uma Rede de Produção do Conhecimento, Formação e Informação

Mesa de Abertura

Conferência de Abertura: Rede de Produção de Conhecimento, Formação e Informação em Lazer, Esporte e Educação – Desafio para a América Latina

Moderador: Wanderley Marchi Jr. – Universidade Federal do Paraná – Brasil

Palestrante: Hélgio Trindade – UNILA – Universidade Federal de Integração Latino-Americana – Brasil

A composição da Mesa de Abertura contará com autoridades convidadas pelo Ministério da Educação, Ministério do Esporte e Universidade Federal do Paraná. A Conferência de Abertura será proferida pelo Reitor da UNILA.

DIA 17/06/2010 – MANHÃ

DEBATE TEMÁTICO 1: Bases Políticas da Rede Latino-Americana de Políticas Integradas de Lazer, Esporte e Educação Moderador e Debatedor: Balduino Antônio Andreola – UFRGS – Brasil

Palestra 1: Desafios para a América Latina: Que América Latina?

Palestrante:

Vitor Melo Andrade – Brasil

Debate

Mesa redonda 1: Política de Integração do Lazer, Esporte e Educação: proposta brasileira

Palestrantes :

1. Ivana de Siqueira – Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI – Brasil
2. Jaqueline Moll – Ministério da Educação – Brasil
3. Rejane Penna Rodrigues – Ministério do Esporte – Brasil

Debate

O DEBATE TEMÁTICO 1 reunirá palestrantes que discutirão o contexto sociopolítico cultural e educacional latino-americano para construção da proposta de Rede em pauta. Proposta essa que começou a ser elaborada em 2009, na reunião internacional que contou com a participação de gestores e pesquisadores de cinco países da América Latina. No caso específico da Mesa redonda 1, as expositoras apresentarão as bases políticas, princípios e objetivos que darão identidade à Rede e institucionalidade requerida à sua consolidação.

DIA 17/06/2010 – TARDE

DEBATE TEMÁTICO 2: Ação Integrada de Lazer, Esporte e Educação: diálogo com gestores
Moderador e Debatedor: Ricardo Ricci Uvinha – USP Leste – Brasil

Palestra 2: Desafios de formação e pesquisa para ações integradas de Lazer, Esporte e Educação: diálogo com especialista do campo do Esporte

Palestrante: Jay Coakley – University of Colorado – USA

Debate

Mesa Redonda 2: Desafios para a gestão integrada de Lazer, Esporte e Educação

Expositores:

Pedro Hugo Tavosnanska – Conselho Consultivo da Sociedade Civil – Cancilleria Argentina

Fernando Tabarez – Instituto de Esporte e Recreação de Medellín – INDER – Colômbia

Esperança Osório – FUNLIBRE – Colômbia

Juan Francisco Arias – Ministério do Esporte – Equador

Mesa Redonda 3: Desafios para a gestão integrada de Lazer, Esporte e Educação

Expositores:

Nair Ackermann – Intendencia Municipal de Montevideo – Uruguai

Vicente Molina – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Amauri Aparecido Bassoli de Oliveira – Ministério do Esporte – Brasil

Cláudia Regina Bonalume – Ministério do Esporte – Brasil

Debate entre os expositores das mesas redondas 5 e 6

Reuniões de Grupos: Debate sobre Documento de Criação da Rede Latino-Americana de Lazer, Esporte e Educação

O **DEBATE TEMÁTICO 2** coloca em pauta a criação de espaços de diálogos e cooperação sustentados pelas bases democráticas e a participação dos diferentes agentes na proposição e realização do projeto integrador da Rede Latino-Americana de Ação Integrada de Lazer, Esporte e Educação. Diálogos que precisam expressar as desigualdades vividas nos países participantes e, ao mesmo tempo, possibilidades intersetoriais, interinstitucionais e de mobilização na constituição da Rede. A Carta de Intenções elaborada como proposta inicial da Rede entra em debate nas reuniões de Grupos, contemplando as discussões de todos os participantes do Seminário Latino-Americano.

DIA 18/06/2010 – MANHÃ

DEBATE TEMÁTICO 3: Bases Conceituais da Rede Latino-Americana de Políticas Integradas de Lazer, Esporte e Educação
Moderadora e Debatedora: Gesuina de Fátima Elias Leclerc – Ministério da Educação – Brasil

Palestra 3: Integração do Lazer, Esporte e Educação: desafio para a produção de conhecimento na América Latina

Palestrante:

Armênio Belo Schmidt – Ministério da Educação – Brasil

Debate

Mesa Redonda 4: Integração do Lazer, Esporte e Educação: desafio para a produção de conhecimento na América Latina

Palestrantes:

1. Sheila Ceccon – Instituto Paulo Freire/Programa Município que Educa – Brasil

2. Marco Paulo Stigger – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

3. Leila Mirtes de Magalhães Pinto – Ministério do Esporte – Brasil

Debate

O **DEBATE TEMÁTICO 3** coloca na pauta da discussão a integração dos campos implicados na Rede proposta, que requer a ampliação, o aprofundamento e a articulação dos conceitos estruturantes do projeto integrador. Os palestrantes se debruçarão sobre a produção de conhecimentos na América Latina nos campos da Educação Integral, Esporte, Cultura e Lazer, com vistas a discutir a rede semântica básica para o desenvolvimento de práticas de gestão, formação e pesquisa pela Rede em processo.

DIA 18/06/2010 - TARDE

DEBATE TEMÁTICO 4: Ação Integrada de Lazer, Esporte e Educação: Diálogo com Pesquisadores e Formadores Moderador e Debatedor: Fernando Mascarenhas – UnB – Rede CEDES – Brasil

Palestra 4: Desafios de formação e pesquisa para ações integradas de Lazer, Esporte e Educação: diálogo com especialista do campo do Lazer

Palestrante: Miklos Banhidi – Universidade da Hungria – Hungria

Debate

Mesa redonda 5: Desafios de Formação e Pesquisas para Ação Integrada de Lazer, Esporte e Educação
Expositores:

Rodrigo Elizalde – Universidad Bolivariana – Chile

Miguel Cornejo – Universidad Concepción – Chile

Victor Alonso Molina Bedoya – UAF – Colômbia

Mesa redonda 6: Desafios de Formação e Pesquisas para Ação Integrada de Lazer, Esporte e Educação
Expositores:

Graciela Jara – Instituto de Capacitación y Desarrollo Humano – Paraguai

Raumar Rodrigues Gimenez – Universidad Republica Uruguay

Christianne Luce Gomes – Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

Fernando Marinho Mezzadri – Universidade Federal do Paraná – Brasil

Debate entre os expositores das mesas redondas 5 e 6

O DEBATE TEMÁTICO 4 amplia o espaço de discussão sobre conhecimentos, experiências de formação e ação mobilizados pela participação de educadores e pesquisadores dos países participantes neste Seminário. O desafio principal é buscar convergências das experiências de pesquisa e formação com as ações das políticas públicas integradas, tendo como lócus as escolas e as comunidades. Convergências que implicam as relações entre lazer, esporte e educação, ampliando tempos e espaços educativos e diversificando conteúdos.

DIA 19/06/2010 - MANHÃ

DEBATE TEMÁTICO 5: Bases Tecnológicas da Rede Latino-Americana de Políticas Integradas de Lazer, Esporte e Educação

Mesa Redonda 7:

TEMA: Demandas tecnológicas das Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte e Educação

Moderador e Debatedor: André Mendes Capraro – UFPR

Palestrantes:

1. Ana Maria Rodrigues Carvas da Costa Monteiro – CEDOC – Seme – São Paulo – Brasil

2. Natacha Costa – Associação Cidade Escola Aprendiz – São Paulo – Brasil

3. Shirlei Rodrigues Gonçalves – BiblioSUS – Ministério da Saúde – Brasil

4. Giovanni De Lorenzi Pires – LaboMidia/UFSC Et Rede CEDES – Ministério do Esporte – Brasil

Debate

O DEBATE TEMÁTICO 5 coloca em discussão condições tecnológicas para o funcionamento da Rede de intercâmbios e cooperação científica, tecnológica e pedagógica entre os países participantes. A mesa redonda 7 contribui com o processo de implementação da Rede, discute experiências de políticas relacionadas, especialmente, à documentação, sistematização e socialização de informações e conhecimentos.

DIA 19/06/2010 - TARDE

DEBATE TEMÁTICO 6: Impactos da Olimpíada e Paraolimpíada de 2016 nas Políticas Públicas Integradas de Lazer, Esporte, Educação

Mesa Redonda 8:

TEMA: Integração entre Lazer, Cultura, Esporte e Educação – Desafios das Olimpíadas Rio 2016
Moderador e Debatedor: Leandro Fialho – Ministério da Educação

Palestrantes:

José Roberto Gnecco – Secretaria Nacional de Alto Rendimento – Ministério do Esporte – Brasil
 Cláudia Martins Ramalho – Departamento Nacional do SESI – Brasil
 Itamar Silva – IBASE – Rio de Janeiro – Brasil

Debate

O **DEBATE TEMÁTICO 6** discute o impacto, especialmente no Brasil e na América do Sul, da conquista da realização das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Conjuntura que favorece a formação da opinião pública para demandar e cobrar dos setores políticos o empreendimento de ações integradoras de Lazer, Esporte e Educação. Oportunidade ímpar para alavancarmos resultados sociais e avanços na cidadania, com benefícios para toda a sociedade, compartilhando ações de todos os setores sociais e a sociedade civil.

DIA 19/06/2010 - TARDE

ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO

Plenária Final: Apresentação das sínteses dos Grupos de Debate pelos Coordenadores dos Grupos

Coordenação da Sistematização do Documento Final:

Gesuina de Fátima Elias Leclerc – Ministério da Educação – Brasil
 Leila Mirtes Magalhães Pinto – Ministério do Esporte – Brasil
 Lícia Moura – Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI – Brasil
 Miguel Cornejo – Universidad Concepción – Chile – UNILA

Avaliação do Seminário

Coordenação dos Trabalhos: Fernando Marinho Mezzadri – UFPR

Apoio:

Ana Elenara Pintos – Ministério do Esporte – Brasil
 João Alberto Chagas Lima – Ministério da Educação – Brasil
 Telma Teixeira – Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI – Brasil
 Cristina Medeiros – Universidade Federal do Paraná – Brasil

Mesa de Encerramento do seminário com participação de representantes da/do:

Ministério da Educação – Brasil
 Ministério do Esporte – Brasil
 Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI – Brasil
 Universidade Federal de Integração Latino-Americana – UNILA – Brasil
 Universidade Federal do Paraná – Brasil